

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Nº 170 • Ano VI De 5 a 18 de Maio de 1983 • Cr\$ 150,00

Marx
cem anos depois
por Ernest Mandel

Pág. 16

1.º de Maio

A cobertura e a avaliação das manifestações nos principais estados do país.

Págs. 10 e 11

Weffort abre o verbo

Na pauta os impasses do PT e a discussão dos novos caminhos.

Pág. 6



Montoro emprega carrasco da ditadura

Colaborou com assassinato e hostilizou até o limite os preços políticos. Agora é indicado para ser Diretor da Penitenciária do Estado. Leia nas págs. 4 e 5 o mito e a realidade do governo Montoro.

Mínimo deveria ser 3 vezes maior



O novo salário-mínimo é de Cr\$ 34.762,80 mas deveria ser Cr\$ 103.692,00 de acordo com os cálculos do DIEESE. Um arrocho criminoso e absurdo.

Pág. 3

NICARÁGUA
NICARÁGUA
NICARÁGUA
NICARÁGUA
NICARÁGUA
NICARÁGUA
NICARÁGUA
NICARÁGUA
NICARÁGUA
NICARÁGUA



Nicarágua: Solidariedade à revolução ameaçada

Nesta edição, o relato da guerra na fronteira, os preparativos de Honduras, a mobilização do povo nicaraguense. E o relato dos acontecimentos que cercaram as mortes da comandante Ana María e Cayetano Carpio. No Brasil, começa a se articular a mobilização da solidariedade à revolução.

Págs. 8 e 9

Os trabalhadores e a dívida externa

O caso da dívida externa brasileira está se constituindo num dos maiores escândalos públicos da história do país. Por ironia ou tragédia, são aqueles que não fizeram a orgia financeira nem usufruíram dela que estão pagando a conta no final da festa: os trabalhadores brasileiros, através do desemprego em massa, do novo arrocho salarial e da carestia.

Desde 1981, a política econômica está sob a intervenção direta dos banqueiros internacionais sendo que o acordo com o FMI no final do ano passado significou a formalização dos compromissos já assumidos pelo governo brasileiro com o imperialismo (bancos internacionais credores e governos destes países).

Para se ter uma idéia do receituário econômico do FMI para países endividados como o nosso, é só observar a performance da economia brasileira desde 1981, quando a política econômica foi se adaptando ao seu figurino. A recessão provocou uma queda de 9,2% da produção industrial em apenas um ano (1981), o que determinou que o nível de emprego industrial em São Paulo em junho de 1982 fosse inferior ao do início de 1976. Ou seja, em dezoito meses (dez 80 junho 82) foram eliminados os empregos gerados durante cinco anos na indústria paulista!

As projeções feitas por economistas e demógrafos indicam que se a partir de 1983 a economia crescesse 5% ao ano e a indústria 7%, somente em 1985 voltaríamos à renda per capita (renda média por habitante) e ao nível de emprego industrial atingidos em 1980. Entretanto, estas projeções pressupõem a retomada do crescimento da economia. A ida ao FMI indica que o governo optou pelo caminho oposto: a manutenção da recessão e do desemprego em massa, pelo menos até 1985 (período do acordo com o FMI).

Situação de insolvência

Mesmo aplicando religiosamente o draconiano receituário do FMI para países endividados, os banqueiros internacionais estão relutando em emprestar mais dinheiro para o Brasil sair da situação de insolvência financeira em que se encontra. Como os próprios jornais da grande imprensa estão noticiando, o governo brasileiro está sem fundos de caixa para o pagamento de parcelas já vencidas da dívida de curto prazo (parte que não foi renegociada). Segundo um dos integrantes da troca econômica do governo, Carlos Langoni (presidente do Banco Central), "o Brasil vem mantendo uma faixa de 700 milhões de dólares de atrasados" (Folha de São Paulo, 30/04/83).

No decorrer do ano, é possível que a situação de insolvência se agrave à medida que o governo não consiga cumprir as metas fixadas pelo acordo com o FMI. Isto significará a decretação oficial da falência do país e consequentemente, o pedido de moratória da dívida externa.

Vamos em seguida fazer uma radiografia da dívida externa e concluir porque qualquer solução é impossível, pelo menos enquanto persistir a ditadura militar.

Crescimento geométrico

Um dos indicadores da dívida externa brasileira é o seu crescimento absoluto que passou de 3,78 bilhões de dólares em 1968 para 74,40 bilhões em 1982 (computando-se a dívida de curto prazo, chega-se a mais de 90 bilhões), isto é, cresceu no período de quatorze anos quase vinte vezes (ver 1º coluna da tabela).

Toda esta história da dívida começou com o "milagre brasileiro" (1968/73), cuja expansão econômica foi financiada em grande parte pelo endividamento externo. Isto foi possível devido à conjuntura

Uma saída para a questão da dívida só poderá ser uma saída política. E a primeira medida que os trabalhadores devem lutar é pelo rompimento do acordo com o FMI.

Por Mauro Borges

internacional favorável: abundância de dólares no mercado financeiro aliado aos preços favoráveis dos bens primários de exportação. Assim, a dívida externa bruta triplicou durante estes cinco anos.

Em 1974 toma posse o novo governo militar do general Geisel que mantém um programa ambicioso de crescimento econômico no ritmo do "milagre". Para isto, apostava-se na manutenção das condições favoráveis à nível internacional já citadas. A manutenção desse ritmo acelerado da economia significou o crescimento significativo das importações e a tomada de mais dinheiro emprestado para financiá-las. Assim a dívida externa brasileira elevou-se em 30,9 bilhões de dólares entre 1974/78 (crescimento médio de 28,2% ao ano).

Neste período, os indicadores de nosso endividamento externo já eram alarmantes. O pagamento de juros e amortizações da dívida elevou-se de 0,32 do valor das exportações em 1974 para 0,63 em 1978 sendo que a dívida líquida já representava 2,5 vezes o valor das exportações (ver coluna 5 e 6 do gráfico).

47 bilhões de dólares perdidos

Mas é com o agravamento da crise econômica mundial em 1979 que a situação da dívida externa brasileira começa a se tornar dramática. A brutal elevação da taxa de juros internacionais que sobem de 7,7% ao ano em 1977 para 21,5% ao ano em 1980 e a queda dos preços dos produtos primários de exportação jogam água de vez nas pretensões de "crescimento acelerado". Soma-se a estes dois fatores o segundo "choque" do petróleo em 1978: o preço do barril sobe de 11 dólares em 1978 para 24 em 1981.

Neste sentido, eleva-se enormemente o custo da dívida externa, sendo que economistas estimam que como consequência da alta taxa dos juros internacionais e da deterioração das relações de troca (exportações/importações) o Brasil

perdeu no período 1978-1979 nada menos do que 47,5 bilhões de dólares.

O modelo econômico de crescimento baseado no endividamento externo estava esgotado. Mesmo assim, nos anos 1979 e 80 a economia teve um grande crescimento das importações e da própria dívida externa, provocando uma perda considerável de reservas em dólares do país no exterior (caem de 11,9 bilhões em 1978 para 6,9 bilhões em 1980 — ver coluna 2 do gráfico).

O impasse em 1982

Pressionado pelos banqueiros internacionais, o governo brasileiro (já sob a batuta do general Figueiredo) reorienta drasticamente a política econômica no sentido de promover a recessão. A recessão visava a redução da atividade econômica para reduzir as importações (um dos instrumentos utilizados foi subir a taxa de juros interna, forçando os empresários a tomar empréstimos no exterior e desestimulando os investimentos).

Consegue-se então como "recompensa" 15 bilhões de dólares de novos empréstimos junto aos banqueiros internacionais em 1981, necessário para o equilíbrio das contas externas (balanço de pagamentos) naquele ano.

Porém, em 1982 não se consegue mais deter o inevitável: o desabamento das contas externas. No front interno a inflação, mesmo com a recessão, teima em se manter num patamar elevado, sendo que a partir de junho ultrapassa novamente os 100%. No front externo, observa-se nova queda dos preços das exportações, comprometendo o equilíbrio comercial (exportações — importações). Mas, o decisivo para o colapso das contas externas foi o refluxo drástico dos créditos externos provocados pelo "susto" dos banqueiros com o pedido de moratória do México e a quebra de mais de 40 bancos americanos, tudo isto se constituindo em uma ameaça de desabamento do sistema financeiro internacional.

Para se ter uma idéia da situação de insolvência do país verifica-se que o total de captação de empréstimos em moeda reduz de 1,5 bilhões de dólares em média por mês entre julho/setembro de 82 para 390 milhões de dólares entre outubro, dezembro. Para cobrir o deficit das contas externas neste ano (7,53 bilhões de dólares), o governo pede socorro aos governos imperialistas (americano e europeus), além de empréstimo-ponte (de curtíssimo prazo) de bancos comerciais no exterior.

Recursos desesperados

O acordo com o FMI significou um maior rigor na aplicação da política recessiva já adotada desde 1981, "corrigindo" principalmente os "zig-zagues" tão comuns à "troica" que comanda a política econômica (segundo comentários dos meios especializados nem o FMI confia neles).

Foi fixada uma programação econômica visando atingir as seguintes metas: redução drástica dos deficit das contas externas em torno de 100%; redução da dívida do setor público (os gastos são muito maiores do que a receita); redução da taxa média anual de inflação para 78% (em 1982 foi de 95%).

O remédio para atingir estes objetivos significa em última instância manter e aprofundar a recessão econômica (através do corte dos gastos do governo e da alta taxa de juros).

Do lado do combate à inflação, além do corte dos subsídios do governo (como os juros para a agricultura), a única "solução" que estes senhores conhecem é arrochar mais os salários. A modificação da lei salarial representou um novo arrocho para os trabalhadores.

Entretanto, no plano externo as metas do governo estão cada dia se mostrando mais irrealistas. Mesmo com a "garantia" do FMI, os bancos estão relutando em liberar mais empréstimos para o Brasil. Numa previsão otimista (do governo), calcula-se que são necessários para o pagamento da dívida este ano em torno de 17 a 20 bilhões (é bom lembrar que em torno de 5 bilhões de dólares já foram "rolados").

Isto sem contar a dívida de curtíssimo prazo como o crédito interbancário (para os bancos brasileiros no exterior-projeto 4) e o crédito para exportação-importação (projeto 3). Os banqueiros estão relutando em financiar mesmo esta dívida imediata. O resultado desta insolvência é a tomada de dinheiro de curto prazo no mercado internacional. (tipo "over-night") a taxas elevadíssimas, além é claro, do não pagamento da dívida vencida neste primeiro trimestre (como a dívida da Petrobrás com fornecedores de petróleo). Outros tipos de extravagância, como a negociata chamada "operação ouro", que levou especuladores a ganharem até 400% de lucro em apenas cinco meses.

Romper c/o FMI

Tudo indica que até o final do primeiro semestre a situação ficará dramática e o Brasil num beco sem saída, pelo menos para este governo que está aí que não tem condições políticas para se desvincular dos interesses do imperialismo.

Uma saída para a questão da dívida só poderá ser uma saída política. A primeira medida que os trabalhadores devem lutar é pelo rompimento do acordo com o FMI, hoje condição necessária para qualquer mudança da política econômica. E ser contra qualquer renegociação da dívida, que signifique a socialização dos prejuízos de uma dívida que eles não criaram nem usufruíram (como quer o PMDB, por exemplo).

Indicadores do endividamento externo

(milhões de dólares)

ANO	Dívida externa bruta	Reservas	Dívida externa líquida	Serviços da dívida	Dívida líquida exportações
1957	1.667	509	1.158	309	0.82
1958	1.969	465	1.504	382	1.21
1959	2.176	366	1.810	468	1.41
1960	2.543	345	2.193	516	1.73
1961	2.680	470	2.210	441	1.57
1962	2.050	379	2.671	428	2.20
1963	3.185	318	2.867	451	2.04
1964	3.096	368	2.728	410	1.91
1965	3.478	484	2.994	460	1.88
1966	3.702	425	3.277	505	1.88
1967	3.372	199	3.173	623	1.92
1968	3.780	120	3.660	628	1.87
1969	4.403	657	3.746	675	1.62
1970	5.295	1.187	4.108	906	1.60
1971	6.622	1.723	4.899	1.152	1.69
1972	9.521	4.183	5.338	1.561	1.34
1973	17.571	6.415	6.156	2.186	0.99
1974	17.166	5.269	11.897	2.572	1.50
1975	21.171	4.040	17.131	3.670	1.98
1976	25.985	6.477	19.508	4.801	1.93
1977	32.037	7.256	24.781	6.163	2.04
1978	43.511	11.895	31.616	7.865	2.50
1979	49.440	9.700	39.740	10.268	2.61
1980	53.847	6.913	46.934	13.013	2.33
1981	61.411	7.507	53.904	15.615	2.31
1982	74.400	7.000	67.400	16.500	3.00

Nota: Os dados para 1982 representam estimativas. Os Serviços da dívida compreendem juros e amortizações.

De acordo com a lei

O salário-mínimo deveria ser três vezes maior

A cada reajuste, o valor do salário-mínimo torna-se mais e mais insuficiente para fazer frente às necessidades da família trabalhadora. Ele é a evidência maior da progressão do arrocho salarial que acompanha a escalada inflacionária.

O maior valor do salário-mínimo foi reajustado para Cr\$ 34.762,80. Este valor do salário-mínimo, de acordo com o decreto do general Figueiredo abrange um total de sete estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. O salário-mínimo para os demais estados do país será de Cr\$ 30.600,00.

De acordo com os cálculos do DIEESE, o salário-mínimo de São Paulo, em 30 de março deste ano, deveria ser de Cr\$ 103.692,00, isto é, cerca de três vezes maior do que ele passou a ser com o reajuste concedido pelo governo. Os cálculos do DIEESE tomam como base em primeiro lugar, o Decreto-Lei nº 399, de 1938, que fixou o salário-mínimo no valor suficiente para atender às necessidades de alimentação, vestuário, higiene, transporte e saúde do trabalhador e sua família.

O Decreto-Lei nº 399 também definiu

Mês	SM efetivamente pago	SM calculado pelo DIEESE	Perdas em valores nominais	Perdas em cruzeiros março/ 83
Out./82	16.608,00	64.558,32	47.950,32	68.137,40
Nov./82	23.568,00	67.705,70	44.137,70	60.512,78
Dez./82	23.568,00	77.507,00	53.939,40	69.635,77
Jan./83	23.568,00	82.039,58	58.471,58	70.341,31
Fev./83	23.568,00	91.759,40	68.191,40	76.237,98
Mar./83	23.568,00	103.692,91	80.124,91	80.124,91
TOTAL	134.448,00	487.263,31	—	424.990,15
TOTAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES	229.416,00	816.903,44	—	796.947,03

uma cesta de alimentos. Através do valor desta cesta de alimentos, cujos preços o DIEESE pesquisa mensalmente, pode-se calcular o valor do salário-mínimo necessário ao trabalhador e sua família já que o item alimentação consome 48,1% dos gastos da família do trabalhador.

Os cálculos prevêem ainda os gastos mínimos mensais de uma família composta por quatro pessoas (dois adultos e duas crianças).

Perda crescente

A tabela, divulgada pelo DIEESE,

mostra o que os trabalhadores remunerados com o salário-mínimo perderam no semestre e durante o último ano. Ela demonstra que, segundo o Decreto-Lei, os trabalhadores deveriam ter recebido nos últimos seis meses o total de Cr\$ 487.263,31 e não Cr\$ 134.448,00 como de fato receberam.

Ela mostra igualmente que as perdas mensais em cruzeiros, corrigido para março de 1983 para o trabalhador que recebe o salário-mínimo, vem se elevando gradativamente. Hoje, ele perde a cada mês Cr\$ 80.124,91.

IBGE anuncia

Nova investida contra o INPC

ma das medidas propostas pelo FMI para arrochar os salários era a de alterar a sistemática dos cálculos do INPC. Uma das alternativas propostas consistia em expurgar do índice os efeitos de uma decisão econômica sobre os preços (por exemplo, as tensões inflacionárias geradas pela maxi-desvalorização não seriam computadas no INPC). Outra alternativa proposta seria a de não considerar os efeitos das chamadas acidentalidades sobre os preços (por exemplo, a elevação de preços de produtos agrícolas causada por efeitos climáticos). Ambas implicariam em reajustar os salários abaixo da inflação.

A tentativa de manipulação do INPC acabou por gerar a renúncia do diretor-técnico do IBGE, Marco Antônio de Souza Aguiar em fevereiro último. E a mudança do INPC, de acordo com as diretrizes citadas acima, foram adiadas.

Nova carga

No último dia 19 de abril, porém, Jessé Montello, presidente do IBGE, voltou a anunciar que o INPC sofreria "alguns aperfeiçoamentos técnicos". As modificações anunciadas seriam possivelmente três: a adoção de média geométrica em substituição à média aritmética para calcular o percentual do aumento dos preços; a atualização da lista dos produtos que compõem o consumo normal do brasileiro; a alteração dos pesos das dez capitais onde o INPC é calculado.

Pelo menos, a primeira alteração, provocará um achatamento do INPC de acordo com o diretor do DIEESE, Walter Barélli. Ele afirma que "numa



Jessé Montello

situação de inflação crescente, a média geométrica tende a reduzir os efeitos dos preços mais altos e, portanto, do INPC". O próprio argumento veiculado pelo IBGE para introduzir esta modificação revela o quanto a medida é prejudicial aos trabalhadores. O argumento prevê que o consumidor comprará menos daqueles produtos que apresentam uma elevação substancial de seus preços, tendendo inclusive a substituí-los por outro. Assim, diz o IBGE, o peso do preço deste produto no orçamento final do consu-

midor tenderá a cair. Isto é, o argumento prevê que haverá uma redução do padrão do consumidor deixando o INPC de cumprir o seu objetivo que é justamente o de defender o padrão de consumo do trabalhador.

Trata-se, sem dúvida, de mais uma manipulação descarada do órgão que vem perdendo, sob a direção de Jessé Montello, colocado na direção do IBGE por indicação do ministro Delfim Neto, qualquer credibilidade.

Comentando com jornalistas sua conversa com o general Figueiredo, Leonel Brizola disse ter com ele "divergências políticas". Mas depois completou: "o importante agora não é explorar nossas diferenças, mas sim o que possa nos unir".

Ou seja, é hora de pôr num segundo plano a postura de oposição ao governo, para não falar da oposição ao regime, e buscar a melhor convivência possível com o governo federal.

Brizola não é uma excessão entre os governadores "de oposição", mas pelo contrário, é ainda o mais "oposicionista".

O adesismo dos governadores eleitos pelo PMDB é muito mais nítido, de lanceado a Montoro. O limite da luta contra o regime é dado pela menção das eleições diretas (o que não impediu estes governadores de nomearem os seus prefeitos sem nenhum tipo de plebiscito ou ao menos uma consulta popular). E pela crítica à política econômica e às reclamações contra a recessão — esta nova unanimidade nacional.

Menos de dois meses de mandato já foram suficientes para desbotar claramente as cores que peemedebistas e pedetistas tinham exibido na campanha eleitoral. Mas uma vez é confirmada a velha lei da política burguesa, de que o que se diz nas campanhas não tem muito a ver com o que se pratica depois.

Estas questões afetam diretamente os trabalhadores. As oposições burguesas, com toda a sua covardia congênita, estão se mostrando nesta conjuntura incapazes de solucionar até mesmo os menores problemas que afligem as grandes massas, e em todas as questões fundamentais conciliam com o regime.

É a hora de o PT mostrar que é a única alternativa ao que aí está, de conquistar o espaço político que não ganhou nas eleições, terreno em que os partidos burgueses se saíram muito melhor. Para isto, o partido tem que apresentar uma alternativa de conjunto, capaz de apontar o caminho para a superação dos problemas imediatos vividos pelo povo. Tem de se mostrar um partido combativo, capaz de assumir a direção das lutas que se desenvolvem. Tem de se diferenciar cada vez mais claramente das oposições burguesas.

Para isto, o PT tem de superar a crise de direção por que passa hoje, que o paralisa e desgasta. O processo de renovação dos diretórios é o momento em que deve se dar a solução deste problema.

Este processo exigirá do PT o combate decidido às tendências parlamentaristas e às vacilações frente a elas que têm se manifestado no seu interior (em São Paulo, no Rio, em Minas Gerais), que no lugar de favorecerem a clara diferenciação com relação à política do patronato e das oposições burguesas, na verdade se colocam a seu reboque.

As oposições burguesas no governo



Montoro

Um governo de oposição voltado para o novo, o moderno, aberto à participação popular. Uma imagem que já sofre um forte desgaste nestes poucos dias de governo.

Por Juez Guimarães

O governo Montoro é, sem dúvida, dos governos estaduais de oposição instalados, a tentativa mais ousada e mais forte de construir um pacto entre as classes que desse base para a passagem controlada da ditadura para outra de dominação. A qualidade de ser ousado não é, no entanto, uma opção mas um constrangimento: ele tem debaixo de si a sociedade de classes mais desenvolvida, o exército de trabalhadores política e sindicalmente mais forte do país.

Montoro chamou para seu secretariado um representante da igreja progressista de D. Paulo Arns, José Carlos Dias, personagem da luta pelos direitos humanos, pela anistia. Estabeleceu uma ponte robusta com o sindicalismo através da presença da Almir Pazzianotto na Secretaria do Trabalho, advogado do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

Compôs um secretariado econômico sob a batuta de José Serra, ex-líder estudantil e representante de um conjunto de economistas críticos à gestão monetarista e conservadora imprimida à economia brasileira por Delfim e cia. Ao mesmo tempo, estabeleceu uma ponte de contacto com a FIESP (setores expressivos do empresariado apostaram na candidatura Montoro) através da presença de Eimar Kok, na Secretaria da Indústria.

Ao mesmo tempo que entregava a Secretaria da Justiça a José Carlos Dias, Montoro, com flexibilidade, nomearia secretário de Segurança Manuel Petro Pimentel, ex-secretário do governo Paulo Egydio Martins e com trânsito livre junto ao governo federal e as Forças Armadas. A indicação do comandante da PM paulista, Nilton Viana, tido como homem de confiança do ministro do Exército, foi assim sem traumas.

Finalmente, elegeu para secretário do Governo para Assuntos Políticos, o moderado Castelo Branco que transitou da Arena para o PMDB em 1980 ao mesmo tempo que fortalecia no PMDB a liderança de Fernando Henrique Cardoso, sociólogo da "esquerda universitária" com amplo trânsito (Fernando Henrique tivera o apoio de Lula em 1978 em sua candidatura para o Senado pelo PMDB).

Montoro conta ainda com o apoio do PCB, do PC do B, aos quais abriu a participação no segundo escalão do governo, além da voluntariosa e prestativa turma do hoje combalido MR-8.

Um governo voltado para o novo, o moderno, aberto à participação popular. Confiável, competente e legitimado por uma esmagadora maioria de votos nas urnas. Esta a imagem que o governo Montoro montou, força irresistível de atração e de desarmamento dos preconceitos.

Não é pois de se espantar que mesmo dentro do PT, apesar de toda a radicalização do embate eleitoral na disputa dos votos, surgissem vozes para defender uma oposição construtiva ao governo Montoro. E, quando através da sondagem envergonhada do peemedebista Sampaio Dória, convidou-se a vereadora

Luiza Erundina para ocupar a pasta municipal da secretaria da Família e do Bem Estar Social, a posição oficial do PT foi tímida e ambígua: aceitava participar desde que "indicado num processo legítimo de baixo para cima e definido o caráter e as propostas deste governo". O desenrolar dos fatos, porém, levou a um choque e o convite seria posteriormente desfeito.

Um roteiro de choques

Menos de dois meses de governo ajudaram, no entanto, para delimitar os campos. O governo Montoro expressa de variadas maneiras uma atitude de conciliação com a ditadura: na posse um telegrama cordial a Figueiredo, na TV uma discussão amena com o ministro



Figueiredo e Montoro: negociação entre pares

Hélio Beltrão, a visita a Figueiredo... no Palácio dos Bandeirantes, a foto de Figueiredo permanece no gabinete do governador, apenas um símbolo?

A instalação da máquina de governo sugere poucas mudanças reais na forma de governar. A maioria esmagadora da escolha dos administradores regionais na capital passaria feito trator sobre processos mais amplos de consulta. "A participação do povo no governo é uma idéia básica, comum a toda as democracias modernas. Mas não deve ser confundida com o caos e a anarquia. No meu governo, farei respeitar os princípios da hierarquia e autoridade e não abrirei mão da minha prerrogativa de decidir", diria Montoro em um discurso bem mais claro do que as promessas difusas de participação e descentralização apregoadas durante a campanha eleitoral.

O episódio da revolta dos desempregados alargaria a fenda entre PT e PMDB. De um modo mais incisivo, o PT com Lula a frente sai às ruas para denunciar o "cassetete democrático" de Montoro que enfrentara os desempregados nas ruas, veiculando as promessas equívocas de geração de empregos.

O movimento dos funcionários públicos que entra em choque aberto com o governo Montoro contribui na mesma direção. O governo Montoro, lançando mão do argumento de escassez, diz não ao reajuste de 120% dos salários reivindicados pelos funcionários públicos, diz não ao reajuste semestral, diz não ao reconhecimento das entidades do funcionalismo como entidades sindicais sob o argumento de que implicaria modificações na legislação federal. E manobra, ampliando as negociações com outras entidades de funcionalismo mais moderadas e desmobilizadas, não reconhecendo a representatividade da comissão de negociação de 57 membros eleita no Congresso dos Servidores Públicos de São Paulo realizado em março.

O episódio da indicação do prefeito da capital opõe novamente o PT ao PMDB. O PT vai novamente às ruas para denunciar

Não é ele um ponto de apoio importante na etapa atual da luta dos trabalhadores contra a ditadura? Não devemos participar dele para aumentar o peso dos interesses dos trabalhadores em seus rumos?

O governo Montoro traz escrito na testa a marca da contradição. De um lado, ele é a expressão da derrocada da ditadura, de sua crise: a impopularidade

Que governo é esse?

de Maluf, a debilidade e isolamento do PDS paulista, a sua perda de apoio de setores importantes da burguesia para o PMDB, de políticos conservadores ao empresariado. De outro, ele expressa um momento em que os trabalhadores, mesmo no estado onde suas organizações são mais avançadas, não detêm força, representatividade e iniciativas suficientes para se colocar na direção da luta contra a ditadura.

A derrota da ditadura amplia o espaço das liberdades democráticas para os trabalhadores, faz com que seus interesses tenham de ser mais levados em conta pelo governo. Mas, ao mesmo tempo, a presença de um governo da oposição burguesa no Palácio dos Bandeirantes abre um perigoso flanco de cooptação e de ilusões para a massa dos trabalhadores, que podem incapacitá-lo para travar lutas mais profundas em momentos mais decisivos.

O projeto peemedebista alternativo à ditadura não implica em quebrar as cadeias que tolhem a liberdade dos trabalhadores na fábrica, no sindicato e na participação política. A manutenção do aparato repressivo intocado em São Paulo fala mais do que qualquer argumento. No máximo, o que o PMDB prega é a suavização das leis, das práticas repressivas. Da mesma forma, o PMDB não é capaz de realizar as profundas reformas na economia sem as quais o nível de vida dos trabalhadores não será alterado (reforma agrária, nacionalização dos bancos, ampla elevação dos salários etc). O que seus expoentes propõem é uma forma diferente de gerir o capitalismo brasileiro que aí está, sem grandes rupturas.

Para viabilizar esta estratégia de mudanças, o PMDB utiliza a pressão dos trabalhadores para reivindicar que a ditadura avance em seu processo de transição; utiliza a pressão da ditadura para os trabalhadores conterem as suas reivindicações e os seus protestos.

Apoiar-se neste governo na luta contra a ditadura é, pois, pisar em terreno frágil e enganoso. Participar neste governo é abrir um flanco para a cooptação dos trabalhadores, para a confusão política.

a postura do PMDB que se escuda na não aprovação da emenda Benevides para não realizar uma ampla consulta popular, para a escolha do novo prefeito, como o prometera claramente Montoro.

Que governo é este?

O governo Montoro é um governo burguês. Nele participam setores ligados a movimentos populares, correntes de esquerda que se referenciam no socialismo e até no marxismo, que têm vínculos orgânicos com os trabalhadores. Mas ninguém, mesmo estas correntes, não têm como negar que os trabalhadores e elas próprias não dão o tom neste governo mas participam de forma subordinada, caudatária, sem participar das decisões mais importantes.

Mas mesmo sendo um governo burguês, não é o governo Montoro um avanço em relação ao governo Maluf?

Governo Montoro emprega carrasco da ditadura

O delegado Luiz Gonzaga Santos Barbosa, indicado para ser o Diretor da Penitenciária do Estado, colaborou com assassinato político e foi responsável por todo tipo de maus tratos aos presos.

No dia 25 de outubro de 1970 tinha início um dos momentos de maior tensão e dramaticidade vividos pelos presos políticos brasileiros. No DEOPS paulista, o tenente Chiari da PM, comandante da tropa de choque do DEOPS, indo até a cela solitária onde se encontrava o preso político Eduardo Leite, mostrou-lhe notícia de sua fuga publicada no jornal *Folha de São Paulo*. Era um aviso explícito de que seria assassinado.

Nas horas que se seguiram, os presos políticos passaram a se revezar em vigília do companheiro ameaçado. Aos 50 minutos do dia 27 de outubro, aos gritos mas impotentes, puderam ver Eduardo Leite, o Bacuri, ser retirado da cela, bastante machucado, sem poder andar, em virtude das torturas sofridas. Eduardo Leite permaneceria nas mãos de seus torturadores até o dia 8 de dezembro quando sua morte foi noticiada como ocorrida em tiroteio numa cidade do litoral paulista. Sua esposa viu o corpo antes do enterro e relatou que estava desfigurado pelas torturas, quase irreconhecível.

Era responsável pela carceragem do DEOPS, o delegado Luiz Gonzaga Santos Barbosa o mesmo que é agora nomeado pelo secretário da Justiça, José Carlos Dias, para ser o Diretor da Penitenciária do Estado. Inquirido, o delegado Luiz Gonzaga afirma hoje que não se lembra do caso pois era normal receber recados por escrito pedindo a entrega de um ou outro preso. Mas não explicou porque Eduardo Leite, às vésperas de ser retirado do DEOPS, foi transferido para uma cela perto da saída do presídio. Sabe-se também que as portas enferrujadas das celas foram até oleadas para que Eduardo Leite fosse retirado em silêncio.

Barbárie medieval

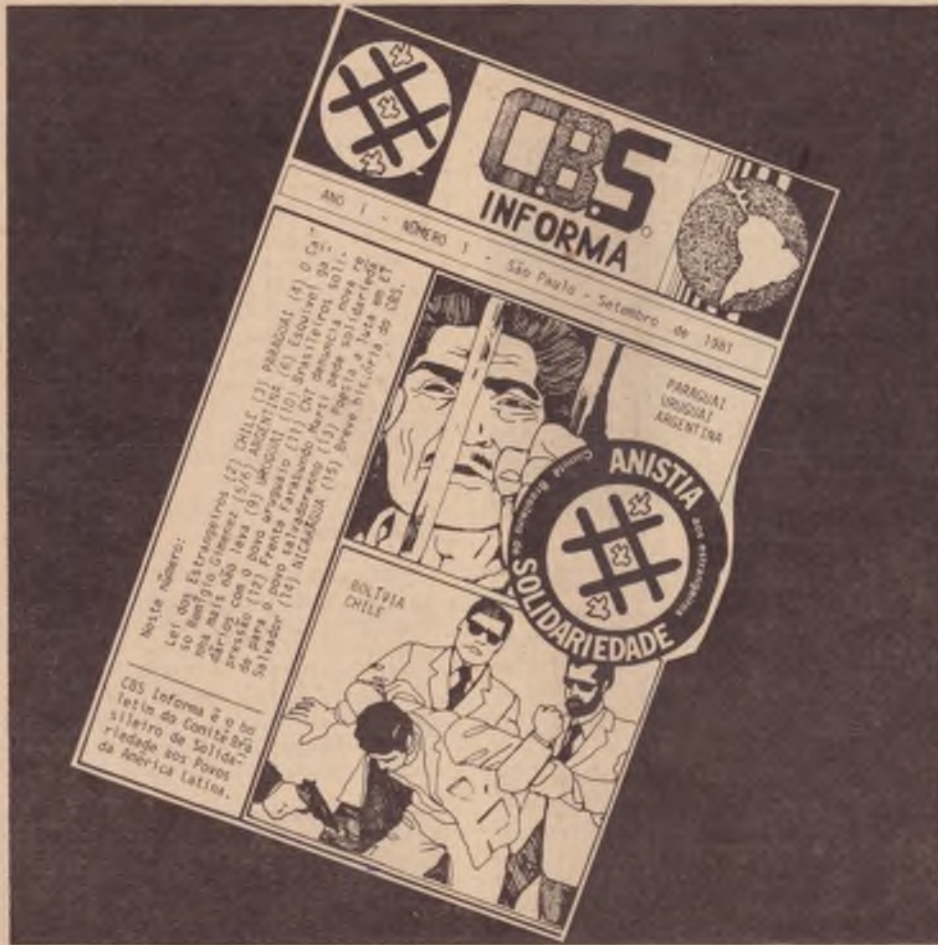
Em outubro de 1974, 42 presos políticos de São Paulo entravam em greve de fome como forma extrema de exigir melhores condições carcerárias e transferência de presídio. Era diretor da Penitenciária, o delegado Luiz Gonzaga Santos Barbosa.

Em abaixo-assinado a Corregedoria, os presos políticos descreviam a situação em que viviam: "permanecemos trancados 22 horas por dia, em celas individuais. Estas celas são cubículos ladrilhados, de paredes e chão imundos, não havendo autorização para lavá-las pois parece que isso causaria transtornos à burocracia do pavilhão". Em cada cela existe uma torneira (à guisa de descarga) sobre a privada, que preenche também as funções de pia, local para lavar pratos e lixeira para os restos de comida.

De segunda a sexta-feira temos, quando muito, duas horas diárias de banho de sol, que é suspenso em dias chuvosos ou sujeitos a chuva. A alimentação que nos fornecem é ruim e insuficiente, muito embora seja proibido complementá-la com qualquer tipo de mantimentos que pudéssemos receber de nossos familiares. A higiene pessoal restringe-se a dois banhos semanais em banheiro coletivo de duvidosa higiene, sendo proibido, em toda Penitenciária, o uso de chinélos que ajudassem a prevenir a difusão de micoses, tão comuns em banheiros públicos.

O fardamento que o presídio nos obriga a usar, além de significar mais um desrespeito à nossa condição de presos políticos, é precário e insuficiente, além de ser condenável do ponto de vista de necessária higiene (por exemplo, dois calções devem fazer as vezes de short, cueca e pijama). Permanecemos, outrossim, mais de um mês sem receber agasalhos e sem que nos fosse permitido recebê-los de nossos familiares, e isso a despeito do intenso frio desta época do ano.

Estamos privados de atividade intelectual que condiz com os direitos e necessidades da pessoa humana, pois o obscurantismo cultural dominante nesta Penitenciária proíbe que



recebamos qualquer jornal ou qualquer publicação periódica da livre-venda no território nacional, exceção feita a revistas infantis gênero "Pato Donald" e similares e à revista esportiva "Placar". (...)

"As visitas semanais — restritas a pai, mãe, esposa, irmãos e filhos — têm a exígua duração de 60 minutos (quando não sucede de os funcionários, arbitrariamente, reduzem-na ainda mais) e se dão em parlatório, sendo expressamente proibido o simples cumprimento a qualquer outro visitante que não o que cada um recebe."

Após a greve de fome, os presos foram ainda punidos pelo diretor do presídio, perdendo o direito a tomarem sol. "Quando um preso comete uma infração, as regalias são suspensas por tempo determinado", argumentou o delegado Luiz Gonzaga quando questionado sobre a posição que tomou naquela época diante dos protestos dos presos.

Celas amarelas

Preocupados além disso, com o destino dos presos comuns instalados na Penitenciária, os presos políticos redigiram um outro abaixo-assinado ao Juiz Corregedor. Nele, descrevem os castigos e maus-tratos a que eram submetidos os presos.

"As celas fortes (onde se encontram os presos sob castigo) estão localizadas no 2º Pavilhão (que é onde nos encontramos) e ocupam todo o andar térreo, perfazendo um total de 78 celas. É notório que as celas fortes, em sua totalidade, estão permanentemente ocupadas por presos sob castigo.

Acrescente-se que neste presídio há ainda, pelo menos, mais dois tipos de castigo: interdição nas sinistras "celas isoladas" e nos próprios cubículos ocupados regularmente pelos presos. Este último tipo é aqui conhecido por "amarelo" em razão do sistema de controle adotado, que consiste em a fechadura das portas exibir uma plaqueta de cor amarela para indicar a cela interditada.

Quando no "amarelo", o preso fica permanentemente trancado, sem direito a

tomar banho, sol, receber visitas etc. E do conhecimento geral que sobe a várias dezenas o permanente número de presos submetidos a esse regime, espalhados pelos três pavilhões da Penitenciária. Ora, somando-se o número de presos interditados em cada caso — cela forte,

cela isolada, "amarelo", obtém-se o espantoso índice de mais de uma centena de presos regularmente "castigados" e isto em relação a um total de internados pouco superior a mil!"

Os presos políticos relatam também os acontecimentos que sucederam à morte de um funcionário do presídio por um preso comum. Além da morte do preso a golpes de barras de ferro desferidas por funcionários do presídio, tropas da PM — armadas com metralhadoras, bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral e acompanhadas de cães policiais promoveram o maior e mais generalizado espancamento de presos de que se tem notícia nos tempos recentes desta Penitenciária, sob orientação direta e pessoal do Diretor Penal, Dr. Luiz Gonzaga Santos Barbosa. Milicianos durante horas espancaram violentamente centenas de presos, retirados a força, um a um, de seus cubículos."

Como testemunho do barbarismo vigente na Penitenciária, os presos políticos dão conta de duas mortes de presos comuns ocorridas: "no dia 18 de dezembro de 1973 foi fria e brutalmente assassinado a tiros o preso Jamil Haddad, matrícula 25.520, sem que pudesse esboçar qualquer atitude de defesa (centenas de presos foram testemunhas deste assassinato chegando mesmo a protestarem em altos brados contra o crime que acabava de ser perpetrado sob seus olhos); em 19 de julho de 1972, o preso Milton da Silva matrícula 15.851, embora conhecidamente doente — ao que parece portador de grave artrite pneumatóide — foi jogado em uma cela forte-completamente nu e sem qualquer colchão ou coisa similar. Não suportando o frio a que se achava exposto, o preso veio a morrer de forma hedionda, tendo sido encontrado, por funcionários, estirado no chão frio da cela forte, congelado!"

É a este homem que o governo Montoro entrega a tarefa de humanizar os presídios paulistas.

Carta Aberta

Ao Exmo. sr. Secretário da Justiça José Carlos Dias

"Na condição de ex-presos político, vítima sobrevivente e testemunha direta da repressão dos anos 70, venho manifestar-lhe a minha mais viva repulsa pela nomeação do Delegado Luiz Gonzaga Santos Barbosa como Diretor da Penitenciária do Estado e exigir a imediata destituição do mesmo.

Como V.Sa. deve saber bem, pois era na época advogado de presos políticos, este Delegado, nos dias 26 e 27 de outubro de 1970, como responsável pela carceragem do DOPS, colaborou com o assassinato de Eduardo Leite, o "Bacuri", organizando pessoalmente a operação de entrega da vítima a seus algozes, comandados pelo tristemente célebre Sérgio Paranhos Fleury.

Lembrando ainda o que V.Sa. acompanhou de perto, em 1974, o Delegado Luiz Gonzaga dos Santos Barbosa, como Diretor da Penitenciária foi alvo de denúncia de maus tratos aos detentos, feita pelos 42 presos políticos, entre os quais eu, ocasião em que fomos forçados a realizar longa greve de fome por melhores condições carcerárias, enfrentando o risco de saúde e de vida.

A nomeação deste Delegado para Diretor da mesma Penitenciária que ele já dirigiu em regime de campo de concentração nega frontalmente as promessas do novo governo estadual de humanização do sistema carcerário. A promoção de um cúmplice da tortura nada tem a ver com as aspirações oposicionistas contidas no voto popular que levou V.Sa. a essa Secretaria de governo.

Embora eu não alimente expectativas ilusórias, havia quem esperasse, a partir do dia 15 de março, algum início do ensaiado processo de apuração dos crimes contra os direitos humanos e de punição dos responsáveis diretos. Jamais supunham o reverso: a premiação de alguém como Luiz Gonzaga Santos Barbosa.

Acima de qualquer motivação de caráter político-partidário, cumpro um dever mais amplo ditado pelo sacrifício daqueles que ousaram resistir à ditadura enfrentando a prisão, a tortura e a própria morte, para com os quais todo oposicionista autêntico tem uma dívida profunda, independentemente da sigla a que esteja hoje filiado.

Neste sentido, mesmo tendo presente que se trata de uma linha geral de conduta política a gerar nomeações desse tipo, ainda me choca que V.Sa., participante direto do movimento anti-regime militar nos anos 70 e testemunha pessoal de tudo o que então ocorreu neste país, aceite agora fazer o que fez.

Convicto de que não há argumentos, explicações, capazes de justificar a indicação do Delegado Luiz Gonzaga para Diretor da Penitenciária, solicito-lhe a pronta destituição do mesmo.

Estou convencido de que todos os que se indignaram com a tortura, crime contra a humanidade, uma vez alertados para o caso, se posicionarão no mesmo sentido, qualquer que seja o alinhamento político, ideológico ou partidário de cada um.

José Genoio Neto



Francisco Weffort:

O que é o PT ser dirigente?

Por Júlio Tavares e Flávio Andrade

O PT precisa deixar a postura passiva, não se contentar em ser apenas expressão dos movimentos sociais, e passar a ter um papel ativo, ser dirigente das lutas populares. Esta afirmação marca uma novidade a nível do discurso da direção do partido neste começo de ano. Muitos petistas hoje se perguntam pelo que isso significa, qual o alcance desta mudança, como traduzi-la concretamente etc. Para debater este tema EM TEMPO procurou Francisco Weffort, professor de política, membro da Comissão Executiva do partido e certamente um de seus mais influentes dirigentes.

As opiniões expressas são, do nosso ponto de vista, propostas ainda insuficientes para retirar o partido da crise na qual se encontra. Weffort também não chega a fazer uma avaliação política clara das várias forças hoje existentes no PT, nem um balanço rigoroso do papel e do comportamento da própria direção nacional, o que limita a análise sobre as perspectivas do partido.

Mas de qualquer forma o PT dá sinais positivos de mudança que são aqui confirmados e desenvolvidos expressando de certo modo o nível em que o problema vem sendo tratado no interior da direção nacional.

"As verdadeiras questões que o PT terá que enfrentar estão pintando é agora, em 1983. Este ano será o teste propriamente dito do partido." É com esta afirmação categórica que Francisco Weffort, abre a discussão sobre o momento vivido pelo partido e as tarefas que se colocam pela frente.

"O PT hoje não vive de forma alguma uma situação de derrotismo pós-eleitoral, como quer fazer crer a grande imprensa. O que há é a colocação clara, pública e salutar de seus problemas e suas virtudes, de seus erros e seus acertos, num amplo debate sobre o futuro que o partido deve trilhar. Este debate não é apenas rico; mais do que isso, o que eu vejo é uma grande disposição, um grande ânimo para discutir e trabalhar, por parte da enorme maioria dos petistas".

O dirigente petista lembra ainda que este processo intenso e amplo de discussão se casará com a renovação das direções partidárias, das municipais à nacional, o que deverá resultar, na sua expectativa até o final do ano, num enorme salto de qualidade do PT.

Esta mudança já começou a mostrar sinais, mesmo que tímidos, a partir da direção nacional do partido. Primeiro, num documento político lançado no começo do ano pela Executiva Nacional, depois na tônica dos debates na última reunião do Diretório Nacional e agora, em várias intervenções específicas de diversos dirigentes do partido, nota-se uma novidade em relação a todo o período anterior de construção do PT: o partido precisa ser dirigente e não apenas expressão das lutas sociais.

E é exatamente aí que Weffort localiza o centro da questão a ser resolvida pelo partido: "o PT precisa se convencer que é efetivamente um partido, o que de fato ainda não aconteceu plenamente. Dentro de uma análise rigorosa o PT não é ainda um partido, é mais propriamente um movimento de independência política dos trabalhadores que aspira ser partido. Precisamos portanto deixar para trás

a fase molecular de um movimento político e passarmos para o estágio orgânico de um partido político. Para isso temos que superar uma carência política e outra organizatória as quais, reforçando-se mutuamente, tem impedido até agora de darmos este passo decisivo"

Não vejo derrotismo no partido. O que há é a discussão clara e pública de seus acertos e de seus erros. Este debate não é só rico; há um grande ânimo de trabalho e discussão na maioria dos petistas.

Não se trata aqui da discussão PT-partido PT-frente, ou então PT de quadros X PT de massas, explica Weffort: "esse debate, que já se deu no partido, já passou e foi insuficiente. Estes dilemas empobrecem a realidade a ser tratada, e fica aquela discussão em cima do chapão sem ir ao fundo da questão a ser resolvida."

"Temos que começar pela questão política: um partido não pode se bastar apenas em ter políticas pontuais (para os problemas de bairro, desemprego, universidade, transporte etc). Nós temos, é claro, que estar presentes em todas estas lutas específicas com propostas específicas para cada uma delas. Isto é não só importante mas fundamental. No entanto não basta para um partido ficar aí. O partido tem que ter uma visão global da realidade e de sua evolução e uma proposta global para tratar desta realidade. Temos que ter uma análise global da conjuntura, temos que concluir e apostar numa previsão sobre o desenrolar futuro próximo dos fatos da política nacional e, nos orientando por esta visão, lançarmos à luta com nossas alternativas globais para a crise que o país atravessa."

Segundo Weffort há hoje "um denominador comum no partido que é a independência política dos trabalhadores; além disso o PT tem inequívocos compromissos com as lutas populares e seus militantes estão inseridos profundamente nelas. Numa conjuntura marcada pela conciliação, pela crise econômica e pelo arrocho salarial pode parecer que este conjunto de qualidades configuraria uma política no sentido que mencionei anteriormente. Mas não é verdade. Isto ainda não é uma política para a conjuntura que vive o país. Esperar que isso seja uma política é cair no espontaneísmo, no especificismo ou, para designar mais precisamente, eu diria, no

O PT precisa se convencer que é efetivamente um partido. É hora de passar da fase molecular de movimento para o estágio orgânico de partido.

movimento das lutas e dos movimentos populares específicos."

"É claro, continua Weffort, que esta situação pode perdurar por um tempo. Em meio a um quadro de conciliação o PT já se demarca claramente de todos os demais partidos que estão nos governos (ou, no caso do PTB, que está sendo cooptado para os

governos). Mas apenas pode perdurar por um certo tempo, pois o desgaste, por si só, das oposições burguesas no governo pode vir apenas a favorecer ao PDS e vice versa. Há portanto, um prazo para o PT superar estas limitações e se lançar à luta política".

"Esta colocação é importante, pois não há porque sermos pessimistas. Pelo contrário, a conjuntura nos é favorável, na medida em que somos o único partido que não irá sofrer desgaste pelos compromissos com os governos neste momento de pesadíssima crise. Frente a esta conjuntura de conciliação, a simples independência política dos trabalhadores já é algo fortemente distintivo. Mas para irmos além da sobrevivência e podermos capitalizar a crise que se agudiza é necessário precisar nossas propostas políticas, é necessário sermos partido no sentido a que eu me referia anteriormente. Temos que entender que a mera reafirmação de nosso princípio de origem não basta para enfrentar positivamente o quadro que vai se desenhando na política nacional."

Weffort lança um exemplo para ilustrar a discussão: "há tempos, quando do debate sobre a constituinte, o partido não chegando a uma visão de conjuntura própria e concreta, apenas formulou uma campanha em torno aos eixos Lei de Segurança Nacional — Liberdade Sindical — Reforma Agrária. Chegou-se a articular algumas mobilizações, a assumir alguma ofensiva a partir destes eixos.

A simples reafirmação de nossos princípios de origem já nos demarca das demais forças. A curto prazo a conjuntura portanto nos é favorável. Mas para irmos além da sobrevivência é necessário uma política bem definida.

Mas logo a prática mostrou que não era o bastante como orientação política. A coisa não pegou como uma linha política efetiva e capaz de se colocar como alternativa a nível nacional. Hoje então, quando todos estão falando de revogação ou revisão da LSN, já não basta ao PT simplesmente falar da revogação. É preciso uma visão política ampla e uma proposta global para o momento."

Questionado sobre qual seria então esta política, qual a avaliação da conjuntura, enfim quais as linhas para o momento, Weffort no entanto faz questão de não antecipar posições pessoais. "O importante é abrir da maneira a mais ampla possível esta discussão. É necessário ouvir a todos, captar todos os elementos que sugerem os vários tipos de PT que cada petista tem na cabeça e na sua ação prática".

Prudente assim em não avançar posições políticas, Weffort passa a discussão do plano político para o organizativo: "Mas um partido não precisa só de política, de linhas e propostas de intervenção. É preciso também ter organização, ter meios para agir. E cumpre reconhecer que hoje o partido vive de uma séria debilidade organizatória. Praticamente não há rotinas de funcionamento como organização política. A relação entre as direções e as bases e mesmo entre as direções nos vários níveis é precária. Os meios de comunicação interna são frágeis, mesmo na comunicação de cima para baixo, que dizer então da recíproca. Enfim, não é necessário discorrer sobre isto para comprová-lo."

A recomposição desta situação passa,

segundo Weffort, pelo processo de renovação das direções partidárias, hoje ultrapassadas, que se dará a partir das próximas pré-convenções. E a pedra de toque neste processo deverá ser, novamente, "a mais ampla discussão política fazendo com que o critério de unidade das novas direções se dê em cima da ação política voltada para fora do partido,

Nosso denominador comum, a independência política dos trabalhadores, não é suficiente para enfrentar a nova conjuntura. Temos que ter uma avaliação concreta do momento e uma política global para enfrentar a crise.

em cima de propostas políticas para a ação, e não em cima do loteamento de postos entre as várias posições como se fôssemos uma frente".

Weffort insiste que só através desta politização do debate é que o círculo vicioso poderá ser rompido. E acrescenta: "é também pela discussão política que se romperão pré-conceitos, à esquerda e à direita, muitas vezes particularmente em relação às chamadas tendências de esquerda, pois estes preconceitos existem em certos casos muito mais devido aos estigmas e à ausência de discussão e propostas políticas do partido".

Neste rumo de reconstrução organizativa das direções, Weffort lembra a resolução da última reunião do Diretório Nacional que definiu recompor a Executiva Nacional na próxima reunião do Diretório. Nesta oportunidade, que será agora em junho, todos os membros da Executiva Nacional deverão, com exceção do presidente do partido, colocar seus cargos à disposição do Diretório para uma avaliação e redefinição à luz das disponibilidades e exigências atuais do partido.

Weffort reconhece que esta poderá ser uma medida importante para ajudar a deflagrar de modo mais efetivo a mudança que o partido pede hoje. "Se conseguirmos fazer uma boa discussão política no Diretório Nacional, capaz de dar base para uma ação ofensiva da nova direção, revigorada pelas alterações que

A renovação das direções partidárias, de agora até o fim do ano, nos dará a oportunidade para um salto de qualidade política e orgânica no PT.

vierem a ocorrer, é verdade que todo este processo de transformações que o PT irá viver agora será enormemente impulsionado". Mas de qualquer forma para o dirigente petista o centro de todo este processo de mudanças no PT não está na direção nacional, especificamente na Comissão Executiva, e sim na deflagração de um amplo debate político nas bases partidárias ou, "na politização do partido", como ele insiste. Uma visão algo condescendente, em certa medida, para com o desempenho que a direção partidária vem mostrando mas, sobretudo, uma visão otimista, quase espontaneísta, sobre o papel das bases e da direção nos processos de transformação em partidos de massa.

São Paulo Um repúdio à parlamentarização do partido

A derrota da Comissão Executiva na sua tentativa de impor um novo regimento, parlamentarista e anti-democrático, para as pré-convenções no estado.

A reunião ampliada do Diretório Regional com representantes dos diretórios de base do estado, realizada no dia 21 passado, teve um duplo significado.

Por um lado evidenciou de forma ainda mais gritante a crise que o PT vive em São Paulo: do Diretório Regional, que há meses não alcança quórum para deliberar, compareceram apenas 19 de seus 55 membros (mais uma vez portanto sem quórum); da Comissão Executiva Estadual, já em processo de desagregação, apareceram 6 de seus membros; e dos mais de 200 diretórios de base lá estavam cerca de 80 representados, nem todos no entanto na condição de delegados devidamente escolhidos.

Mas, por outro lado, esta crise só pode ser vista em toda a sua profundidade se somarmos a esta escassa presença o resultado mesmo da reunião: a proposta que a Comissão Executiva encaminhara, visando regulamentar o processo de pré-convenções no estado, foi literalmente repudiada pelo plenário.

O centro da proposta da Executiva era uma brusca e escandalosa deformação do regimento das pré-convenções adaptando-o à Lei Orgânica dos Partidos, sacrificando o tradicional caráter de luta e democrático do PT pela introdução de normas parlamentaristas e autoritárias (ver EM TEMPO n.º 169). O simples lançamento desta proposta já colocara a nú a falência política da direção estadual do partido; mas agora, derrotada por ampla maioria na reunião (apenas 1 dos delegados se dispôs a defender a posição da Executiva), mesmo tratando-se de uma reunião com pequena presença, a falência se vê aprofundada cedendo lugar a uma verdadeira decomposição da direção regional do partido. O repúdio às normas foi tamanho que apenas um dos membros da Executiva se empenhou de fato

em tentar convencer os presentes de seus argumentos...

Derrota esmagadora

O plenário se chocou frontalmente com as propostas da direção: 1.º é inadmissível que as pré-convenções tenham por primeiro ponto de pauta a eleição das direções e não a definição de políticas para o partido; 2.º é absurdo o critério de retirada de delegados para a pré-convenção estadual tomando-se por base os votos petistas em cada diretório e não a militância; 3.º foge à realidade atual do partido exigir quórum de 20% dos filiados nas pré-convenções municipais; 4.º é anti-democrático que as chapas devam se inscrever definitivamente com antecedência, sem possibilidades de alterações na própria pré-convenção, em função dos debates que lá se derem. E assim, um a um os pontos da proposta da direção estadual foram todos sendo derrotados.

Porém, diante da pequena presença na reunião a executiva estadual resolveu que os posicionamentos não seriam deliberativos, ficando convocada uma nova reunião do mesmo tipo para o dia 7 de maio.

Mal assimilada uma derrota assim tão espetacular, a Comissão Executiva já tenta agora se recompor para um novo embate esta semana. Mas, tristemente, ao invés da política, ela recorre mais uma vez a expedientes administrativos — os quais, contudo, servirão apenas para aprofundar sua decomposição. Num evidente golpe na reunião do dia 21, a Executiva, na circular que expediu convocando agora a reunião do dia 7, não apenas tergiversa sobre o real significado e profundidade do rechaço de suas propostas. Ela chega mesmo a modificar a pauta proposta, alegando agora que as normas que regerão as



Enio Brauns Filho

pré-convenções, no que diz respeito à renovação das direções, é matéria já aprovada pelo Diretório Estadual anteriormente, e portanto não sujeita a novas deliberações. Ora, que legitimidade tem um Diretório falido (que não encontra sequer quórum há meses para se reunir) para impor suas deliberações sobre encontros ampliados do partido? Certamente virá por aí mais uma derrota da direção estadual...

Crise de direção

Enfim, depois de uma longa e desastrosa gestão, a crise da direção do PT paulista parece estar chegando mesmo ao fundo do poço. E não é por menos que as primeiras articulações sobre a futura direção já começam a se evidenciar.

Os setores mais à direita, insatisfeitos com a postura crítica do PT acabou tomando frente ao governo Montoro (apesar dos erros e vacilações de sua direção como um todo, evidentes por exemplo no posicionamento aceitando participar da Secretaria do Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo, parecem buscar algum tipo de iniciativa que lhes dê maior força na disputa. Neste rumo, através do denominador comum de suas ligações com a igreja, uma ala do partido já vem celere-

mente se articulando em várias e notórias reuniões preparatórias.

De outro lado, e certamente como reação, o que poderíamos chamar de centro sindicalista da direção estadual parece buscar agora uma certa diferenciação ou descolamento da direita visando ao mesmo tempo garantir a sucessão de Djalma Bom na presidência, e notoriamente, a substituição da deputada federal Irma Passoni na Secretaria Geral do Partido (os atritos deste centro com a deputada foram públicos e fortes, ampliando-se no último período, por exemplo, com o episódio da rebelião dos desempregados de começos de abril).

O lamentável é que, pelo que se percebe, estas duas articulações não vão pelo caminho da explicitação de propostas políticas concretas para o partido, de plataformas lançadas para o debate, mas sim pelo caminho das lealdades, suposições e alianças despolitizadas. Se isso prevalece, dificilmente o PT conseguirá sair da crise que há anos vem vindo no estado.

É hora de abrir o debate político na tentativa de reverter este quadro o que, quem sabe, poderá já começar nesta próxima reunião do dia 7.

Ao major Curió: Resposta a um torturador

Nota do deputado federal do PT paulista, José Genoíno Neto, em resposta às provocações do deputado do PDS, major Curió, lançadas na semana passada no Congresso Nacional. O major, entre outras coisas, cínicamente acusava Genoíno de haver delatado companheiros à repressão quando preso na guerrilha do Araguaia.

1. Sobre as referências à minha pessoa, feitas no último dia 20 na Câmara Federal, cabe-me apenas prestar esclarecimentos à opinião pública, pois adoto a norma de não polemizar diretamente com torturadores e não aceitar provocações de policiais. No caso de convivência forçada no Legislativo, o relacionamento de minha parte será pautado pelo silêncio, pelo mutismo.

2. Fui preso na região do Araguaia em 19 de abril de 1972, 6 dias após iniciado o movimento guerrilheiro, quando procurava cumprir tarefa militar como integrante do destacamento comandado por Osvaldo Orlando Costa, o "Osvaldão". Minha prisão, efetuada por jagunços a serviço do exército, deu-se em circunstâncias que impossibilitaram qualquer reação. Só por este motivo, inteiramente alheio à minha vontade, não cheguei a entrar em combate.

3. Barbaramente torturado durante meses, jamais forneci qualquer informação que tivesse ocasionado uma baixa à guerrilha. Nos interrogatórios, limitei-me a admitir aquilo que já era sabido pelo exército e por qualquer morador da área, ou seja, que conhecia vários dos guerrilheiros, com quem convivia. Por exemplo, "Osvaldão" era meu sócio na posse de um pequeno pedaço de terra e todos ali tinham ciência disto. Estes nomes de guerrilheiros constam em todas as minhas declarações a respeito da guerrilha, desde os depoi-

mentos na Justiça Militar até os livros que ajudei a escrever sobre o assunto.

4. Se alguém, bem relacionado e informado, dispõe dos dados completos acerca da guerrilha do Araguaia, por que não esclarece às famílias o paradeiro dos corpos dos guerrilheiros mortos, de cujas cabeças decepadas me mostravam as fotografias? Por que não divulga estas fotos? Por que não propõe a abertura à imprensa dos arquivos secretos do Exército e SNI referente aquele conflito?

5. O torturador tem um comportamento característico. Tenta demonstrar sempre que a tortura é algo insuportável, que dobra a todos. Sente-se derrotado porque muitos torturados, apesar de fisicamente indefesos, resistiram e venceram no plano moral. Por isto, procura denegrir quem não delatou. Basta consultar os arquivos dos jornais para verificar as notícias falsas de "atropelamentos" de presos políticos assassinados na tortura geralmente apresentavam os mortos como delatores...

6. Quanto à bandeira acrescida da foice e martelo, atribuída a estudantes em reunião da UNE, trata-se de uma falsificação, idêntica às do jornal "O São Paulo", coisa típica de policiais.

7. O torturador, que suplicia vítimas indefesas, é a expressão suprema da covardia, carecendo de autoridade moral para avaliar a coragem de quem quer que seja.

8. Enfim, um torturador é um torturador...

Taboão da Serra O escândalo da antena

Se um favelado hoje ocupar ilegalmente uma área de 45 m² para construir seu barraco, com toda a certeza, a polícia irá desalojá-lo a porretadas. Se por outro lado, uma multinacional ocupar ilegalmente uma área mil vezes maior, é possível que lá esteja a polícia — porém, desta vez para garantir a posse da empresa.

É o que parece acontecer no município de Taboão da Serra, município da grande São Paulo, onde a Rádio Capital está instalando ilegalmente suas antenas de transmissão. Além da gravidade que representa uma emissora multinacional para a cultura popular, seus acionistas não estão preocupados em manter uma boa imagem da empresa. Muito menos se dão ao luxo de cumprir os requisitos legais: querem e vão instalar as torres da antena até fins de maio, para cumprir acordo internacional.

A história de toda esta mamata tem início na administração anterior, quando o então prefeito do PDS doou aquela emissora 45 mil m² para uso gratuito por 60 anos! No entanto, o documento que formalizaria a concessão, o prefeito anterior ainda não assinou, deixando ao atual, que é do PMDB a tarefa de descasar o abacaxi. E este por sua vez não sabe mais se é contra ou é a favor: se consumir o acordo, porá a população contra si por cometer ato ilegal (não se da loteamento clandestino). Se não

assinar, porá contra si, forças indomáveis de gente "graúda".

CPI

A administração "participativa" do PMDB é isso. Ao invés de impedir o crime que será cometido contra a população (que sofrerá dentro de menos de dez anos, contaminação por radioatividade gerada pela antena), procura impedir na Câmara Municipal acesso do PT aos papéis, mapas e documentos oficiais do "escândalo da Antena". Impedido neste terreno, a bancada do partido pediu a criação de uma CEI (Comissão Especial de Inquérito) da Câmara, para poder investigar legalmente o caso. Há rumores, no entanto, que setores do PMDB, a aliados contumazes do PDS, boicotarão a proposta do PT. A troca de que, ainda não se sabe.

Minoritário na Câmara, entretanto, é o PT quem poderá dar a saída ao impasse, levando o escândalo ao conhecimento público, organizando o povo para lutar contra a investida desta multinacional. É como diz Paulo Félix, vereador pelo PT no Taboão: "Só o movimento popular muito grande, uma pressão muito forte vai poder barrar a instalação das antenas, visto que elas pertencem a uma empresa do capitalismo multinacional".

AMÉRICA CENTRAL

As três fases da invasão

De El Limón, na fronteira norte da Nicarágua, o relato dos combates

Por Michael Baumann

"Estamos em uma situação de invasão. Os Estados Unidos estão travando uma guerra contra a Nicarágua, que não é menos guerra pelo fato de não haver sido declarada". Ao descrever assim o que enfrenta o seu país, o chanceler Miguel D'Escoto não cometeu exagero algum.

Os habitantes desta pequena população agrícola, apenas a oito quilômetros da fronteira com Honduras estão entre as milhares de pessoas que podem testemunhar este fato pessoalmente. Visitei El Limón no dia 2 de abril, poucas horas depois de uma mobilização da milícia local que rechaçou um ataque de duas horas de uma coluna de 40 a 50 ex-guardas nacionais somozistas.

Nas paredes de barro das casas de El Limón, os sinais do tiroteio. Milicianos que haviam participado no combate ainda discutiam a batalha. Desta vez não houve baixas entre os sandinistas. Em grande medida isto se deveu a



A prova da responsabilidade de Reagan: armas americanastomadas dos invasores somozistas

fato de que toda população já estava em pé de guerra. Cada casa tem um trincheira de dois metros ou um refúgio subterrâneo no pátio traseiro para proteger aos velhos e crianças. Há pelo menos um membro de cada família integrado ou à milícia ou ao Comitê de Defesa Sandinista. Todos os dias acontece pelo menos um ataque assim em algum lugar ao norte da Nicarágua.

As três fases da invasão

Na cidade vizinhas de Santa Clara, o capitão Oscar Cortés, chefe das operações militares para a região, deu um detalhado informe sobre a situação a jornalistas de mais de uma dezena de países. Qualificou os combates atuais como a "fase inicial" da invasão. Esta invasão, disse, começou há dois meses quando os Estados utilizaram suas manobras militares conjuntas com Honduras como cobertura para a infiltração de 1.200 a 1.400 contra-revolucionários na Nicarágua, agrupados em seis unidades.

Estas unidades efetuaram uma série de ataques. Como era esperado, os meios de comunicação imperialistas falsificaram o significado das batalhas, procurando dar a impressão de que o Exército Popular Sandinista não tem condições de manter o controle da situação. Por exemplo, a imprensa norte-americana tergiversou sobre a batalha para recuperar a pista aérea em Bocay, um quilômetro ao sul da

fronteira, afirmando que os contra-revolucionários haviam conseguido ocupar essa posição o suficiente para construir uma pista aérea para receber novos reforços. De fato, esta pista foi uma das construídas pelos sandinistas no ano passado para permitir a evacuação urgente de civis da zona fronteiriça. Foi precisamente a pista utilizada pelo helicóptero que sofreu um desastre em dezembro passado, causando a morte de 75 crianças.

No plano militar, a fase inicial da invasão está em apuros graves, afirmou Cortés. Os destacamentos sandinistas integrados principalmente por reservistas e milicianos golpearam às forças invasoras a um tal ponto que estas estão lutando para retroceder até Honduras.

"A segunda fase", disse Cortés, "visa provocar uma confrontação de nosso Exército Popular Sandinista com o exército hondurenho e posteriormente introduzir o exército hondurenho no combate". Milhares de ex-guardas nacionais estão concentrados sobre a fronteira, aguardando o sinal para atacar. Cortés assinalou que a unidade que atacou El Limón foi parte destas novas forças.

Nas últimas semanas estas incursões em pequena escala receberam cada vez mais proteção do exército hondurenho com o fogo e penetração de suas forças. Isso conduziria à última fase, afirmou Cortés, "que é, evidentemente, de vincular outras forças ao combate, não excluindo a possibilidade de uma intervenção direta norte-americana no conflito".

Caem dois líderes da FPL

O assassinato brutal de Ana Maria e o suicídio de Carpio, em circunstâncias não de todo esclarecidas, representa um duro golpe na luta da guerrilha.

Como noticiamos na edição passada, a líder revolucionária Mérida Anaya Montes, pertencente à organização FPL e conhecida como comandante Ana Maria, foi assassinada em Manágua por um grupo de três homens. Ela foi ferida com mais de oitenta facadas e teve um dos seus braços cortados. O aviso de sua morte foi dado por um sobrinho de Ana Maria que também foi atacado e deixado como morto pelos assaltantes. No mesmo dia, dois salvadorenhos, Alejandro Romero e Maria Argueta Fernández, foram presos como cúmplices.

Três dias após o seu assassinato, Rogelio Bazaglia ("Marcelo") foi preso pelas tropas de segurança da Nicarágua. Ele fazia parte da comissão política da FPL e do comando central e era um dos ajudantes de Cayetano Carpio, um dos mais antigos quadros guerrilheiros de El Salvador e dirigente da FPL. Rogelio havia sido membro da FPL desde 1974 e foi acusado em um comunicado posterior da própria FPL de usar a sua posição política como ajudante de Carpio para semear a desconfiança nas fileiras da organização.

Um novo comunicado da FPL, desta vez de 20 de abril, referia-se a seu "ressentimento e alegadas diferenças políticas e ideológicas com a companheira Ana Maria como as razões para sua ação.

Neste dia, 20 de abril, um comunicado do ministro do Interior da Nicarágua anunciava o suicídio de Cayetano Carpio, atribuindo o seu ato ao choque pelo envolvimento de Bazaglia no assassinato de Ana Maria. O comunicado do ministro do Interior falava da "manipulação" de assassinos pela CIA. O anúncio do suicídio de Carpio, cometido no dia 12 de abril, havia sido adiado até que a direção da FPL e FMLN fossem avisadas. No momento do suicídio de Carpio, cometido em sua residência, estavam presentes a sua mulher e vários amigos que imediatamente informaram as autoridades nicaraguenses.

Posteriormente um novo comunicado da FPL, atribuía também o suicídio de Carpio a uma "crise emocional" produzida pelas notícias acerca do assassinato de Ana Maria.

A morte das duas lideranças mais importantes da FPL, a segunda organização mais forte que compõe a FMLN, é certamente um duro golpe para a luta revolucionária em El Salvador. Quanto mais que elas ocorrem em circunstâncias não de todo esclarecidas e em um momento chave da ofensiva da guerrilha salvadorenha.

Honduras Um país preparado para a guerra

De acordo com os planos do Pentágono, descobertos recentemente por um diplomata cuja identidade não pode ser revelada, a solução militar do conflito centro-americano deve se dar em um futuro próximo. Segundo um projeto elaborado no gabinete do ministro de defesa norte-americano Gaspar Weinberger, os exércitos de Honduras, El Salvador e Guatemala deveriam crescer em 25% para tornar viável que uma tropa especial internacional de cerca de cinco mil homens pudesse levar uma guerra relâmpago de aniquilamento sobretudo contra a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional de El Salvador.

A Força Aérea hondurenha, a maior da América Central, deveria equipar-se com bombas napalm, enquanto que o exército salvadorenho ampliado de 32 para 50 mil homens empurrariam, de sul ao norte, a população nos territórios controlados pela FMLN até a fronteira norte com Honduras cujos efetivos seriam mobilizados para participar no conflito salvadorenho. O plano Weinberger fala também de atentados dirigidos simultaneamente ao desenvolvimento das ações militares contra dirigentes políticos no exílio.

A participação do exército hondurenho nas operações contra a FMLN em Chalatenango poderia ser assim um ensaio geral no qual foi mobilizado tanto a infantaria como a Força Aérea para intervir na zona norte de El Salvador.

Direitização

A provável evolução do conflito em El Salvador e na Nicarágua apagaria por completo a participação do governo civil na política externa de Honduras. Já em fins de novembro passado, o congresso nacional de Honduras tomou a decisão de entregar, por meio de uma reforma constitucional, todos os poderes militares ao chefe das Forças Armadas, general Gustavo Alvarez, o homem forte de Honduras. Nesse entretanto, o general Gustavo Alvarez tem procurado recuperar a unidade de direção no meio militar, enquanto assiste a uma divisão crescente no seio do partido governamental. Paralelamente, tem crescido a repressão: o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Ramón Custodios, denunciou recentemente que desde o princípio do ano quando se encontraram os primeiros "cemiterios clandestinos", podem se comprovar cerca de 25 casos de desaparecidos hondurenhos. Caminhando junto com este processo de direitação da vida política hondurenha, o general Alvarez está preparando o seu futuro poder: o Conselho Hondurenho da Empresa



Gustavo Alvarez, o homem forte de Honduras

Privada (COHEP), a Universidade Nacional Autónoma e o Partido Nacional servem a este seu propósito de cimentar sua própria estrutura de poder. Mas se Gustavo Alvarez buscará a formalização de seus poderes através de um golpe, como prevêem alguns observadores, dependerá em grande medida dos Estados Unidos e seu embaixador em Tegucigalpa, John Dimitri Negroponce. Este diplomata, com experiência do Vietnam, aproveita qualquer oportunidade para fortalecer o general Alvarez com o pretexto de que "o país tem que se defender da subversão externa".



Nicarágua: a mobilização para a defesa

Enquanto Reagan lança todo o seu peso para obter financiamentos e maior cobertura para os ataques à Nicarágua e à guerrilha salvadorenha, a Frente Sandinista procura mobilizar todos os seus efetivos para a defesa. O 1º de maio não foi palco de grandes manifestações como nos anos passados mas da revitalização deste esforço organizativo.

As vésperas do enterro do comandante Ana Maria, a Direção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional emitiu um comunicado cujos trechos principais passamos a reproduzir.

"Devemos nos preparar", diz o comunicado lido nas rádios e televisões, "para todas as eventualidades, enfrentar com todas nossas forças a primeira etapa da agressão norte-americana, prepararmos para uma eventual agressão do Exército hondurenho, dirigido pelo governo norte-americano, e estar prontos para defender a soberania nacional mesmo ante uma intervenção direta dos Estados Unidos".

Neste sentido, por meio de um decreto emitido três dias depois, o governo de Reconstrução Nacional reconstituiu os Tribunais Populares Anti-somozistas que julgaram os crimes de guerra da ditadura imediatamente depois do triunfo da revolução. Estes tribunais, composto por dois cidadãos e um advogado, julgarão a todos os contra-revolucionários capturados no futuro.

Dificuldades materiais

Todo homem e toda mulher nicaraguense, assim como todos os recursos do país, serão mobilizados para defender a revolução, afirmou a FSLN em sua declaração, "ainda que isto signifique maiores dificuldades no desenvolvimento de nossos programas econômicos e mais sérias limitações quanto a disponibilidade de recursos materiais. É possível que no futuro imediato tenhamos que enfrentar limitações de combustível, de transporte, limitações em

artigos necessários e toda classe de privações. Sem dúvida, para enfrentar estas inevitáveis dificuldades, nosso governo tomará decisões firmes, tanto para regular uma distribuição equitativa em todos os níveis como para enfrentar o agiotismo e a especulação. A guerra yanque, afirmou a FSLN, "inclui a busca do descontentamento popular, estimulando artificialmente carência de produtos básicos e boicotando os esforços que faz o governo revolucionário para fazer uma distribuição justa destes produtos".

A direção nacional da FSLN enfatizou que a Nicarágua continua disposta a negociar tanto com os Estados Unidos como Honduras. Mas, acrescentou, há uma condição irrenunciável para que se realize este diálogo: "a retirada incondicional das forças genocidas introduzidas na Nicarágua pelos Estados Unidos e o cessar dos ataques fronteiriços a partir do território hondurenho que exerce permanentemente a contra-revolução somozista com o apoio militar das Forças Armadas de Honduras".

Polônia

Grandes manifestações no 1.º de Maio

Pelo menos um trabalhador polonês morreu em consequência da forte ação repressiva da polícia polonesa contra as manifestações que tomaram conta de mais de vinte cidades em todo o país no dia 1º de Maio. Em Gdansk, berço do Solidariedade, quarenta mil trabalhadores marcharam em direção à antiga sede do sindicato proscrito, sendo contidos por um forte esquema policial; em Varsóvia, o confronto entre cerca de dez mil manifestantes e a polícia ocorreu próximo ao local onde o general Jaruzelski, chefe do governo, assistia às comemorações oficiais; em Cracóvia, seis mil pessoas tomaram as ruas da cidade aos gritos de "Solidariedade, Solidariedade"; pelo menos em Wrocław e Nova Huta, os trabalhadores reagiram com pedras e paus à repressão.

Raízes nas fábricas

As manifestações deste primeiro de maio constituem um testemunho irrefutável da vitalidade e representatividade da direção clandestina do Solidariedade há quase um ano e meio do golpe militar da burocracia polonesa. Elas foram convocadas por um comunicado assinado por Zibgniew Bujak, Wladyslaw Hardek, Bogdan Lis, Jozel Pinior, Eugeniusz Szumiejo em nome da comissão coordenadora provisória do sindicato Solidariedade. Ao que tudo indica, o comunicado nasceu de uma reunião entre Lech Walesa e os dirigentes clandestinos do Solidariedade.

"Por mais de um ano", diz o comunica-

do, "nosso sindicato continua a sua atividade ilegal, em condições de terror policial. Milhares de ativistas do Solidariedade já passaram pelos campos de internamento e pelas prisões.

Milhares de outros continuam presos, cumprindo injustas penas. Grevistas e manifestantes foram duramente reprimidos, centenas deles foram feridos e muitos assassinados a sangue frio por desejarem a liberdade e a dignidade.

A repressão continua. Ativistas sindicais continuam sendo aprisionados, muitas fábricas foram militarizadas. Pessoas têm sido perseguidas por exercerem os seus direitos.

O sindicato Solidariedade não consentirá em ser destruído. O Solidariedade vive e está bem enraizado nas fábricas. E continuará lutando em defesa dos direitos dos trabalhadores, por reformas econômicas e sociais na Polônia.

Os trabalhadores mostraram quando organizaram manifestações há um ano atrás que, para o movimento operário na Polónia, o 1º de Maio se tornou um dia de luta por nossos direitos. Nós não estamos sozinhos em nossas lutas. Desde o primeiro dia de agosto de 1980, nós tivemos condições de ver o apoio dos trabalhadores de todo o mundo. Nesta véspera do 1º de Maio, nós agradecemos a todos os sindicatos de outros países, como também as organizações e todos aqueles que nos deram sinais de prova de solidariedade."

Portugal

A vitória do PS

Após um longo jejum, eis os socialistas de Mario Soares que voltam ao governo português. Embora no momento em que fechávamos esta edição, a questão ainda não estivesse definida, parece claro que se constituirá em Portugal uma coalizão de centro-esquerda entre o PS, o Partido Social Democrata de Mota Pinto. Apesar dos resultados eleitorais permitirem um gabinete de coalização majoritário com o PC, está claro que não é esse o caminho escolhido por Soares. O PC a despeito de ter feito progressos na última consulta eleitoral continuará confinado à sua influência sindical e a cena política portuguesa voltará a ser marcada pelo duelo entre Mario Soares, líder do maior partido e o Presidente Ramalho Eanes que segue alimentando ambições bonapartistas, na ideia de tornar-se o grande chefe de um partido criado em torno da sua liderança carismática.

Numa campanha marcada pela tentativa de conseguir respostas para a crise econômica o PS sai como o vencedor da batalha pela opinião pública, portador das chamadas "com propostas para os cem primeiros dias". Entretanto, o verdadeiro

papel de Soares será o de cavalgar a crise do capitalismo em cima dos trabalhadores, aparecendo, pelo menos no início, como o seu representante.

E na Áustria quase o inverso

Bruno Kreisky, o judeu que ousou chamar Beugin de fascista, líder incontestado dos socialistas austríacos, jogou todo o peso de sua liderança na tentativa de manter a maioria absoluta do parlamento do país, mas sem sucesso. Triunfos para isso ele até que os tinha. A Áustria mantém invejáveis taxas de inflação e desemprego, talvez as menores do Ocidente, além de um destaque internacional que sempre deu bons frutos eleitorais. Mas os socialistas foram avaliados no vinte e cinco de abril pelo que ele "deveriam ter feito e não fizeram" e não, como gostariam, pelo que "conseguiram evitar". Os quase 49% dos votos socialistas não foram uma derrota tão grande quanto o seu recuo relativo nas regiões tipicamente operárias, seus tradicionais bastiões desde o início do século, com a breve interrupção dos sete anos de nazismo.

1º DE MAIO

No mundo inteiro os trabalhadores comemoram o 1º de Maio como um dia de luta. A intensidade de sua comemoração nos permitem um parâmetro para avaliar as forças do movimento no enfrentamento aos patrões e aos regimes políticos. No Brasil, a avaliação não é positiva. Num quadro de crise e desemprego os trabalhadores mostraram seus impasses. Manifestações com o público inferior ao dos últimos anos em quase todos os estados, como em S. Paulo e Minas, a presença de cerca de 50 mil pessoas no Alto da Boa Vista no Rio, para assistirem o governador do estado, uma festa semi-oficial.

Esta desmobilização, no entanto, não reflete claramente a situação das fábricas e movimentos populares. Greves parciais, nas fábricas ou setores inteiros de categoria, como em Porto Alegre onde, com dois dias de greve os trabalhadores exigiram que os patrões reabrissem as negociações, ou ainda a explosão de descontentamento dos últimos quebras quebras de S. Paulo.

Esta realidade de luta no entanto não tem conseguido encontrar os canais para sua expressão centralizada. Os organismos inter-sindicais com exceção talvez do Rio Grande do Sul, não têm conseguido organizar os trabalhadores a nível regional, deslocando-se das bases. E não é a uma suposta "incapacidade" que isso deve ser atribuído, mas sim às diferenciações de projetos políticos existentes no interior do movimento e à falta de uma definição política do chamado pólo combativo cuja estratégia de intervenção não tem conseguido sair do papel.

Aos que querem levar os trabalhadores a um pacto que permite a recomposição da burguesia e um trânsito a uma "democracia forte" interessa manter este clima. A todos aqueles comprometidos com a luta dos trabalhadores fica claro que a manutenção do impasse significa a derrota sem luta, a impotência diante do ataque dos inimigos de classe.

Minas

Cerca de dois mil manifestantes participaram da comemoração do 1º de maio unitário realizado pela pró-CUT e com a participação de um representante das Federações.

No primeiro 1º de maio depois da derrota do PDS em novembro chamou a atenção de todos a ostensiva presença das forças da repressão política-policial-militar nas imediações da Praça da Rodoviária (local onde se realizou o ato).

Pelo menos seis micro-ônibus com tropas do Batalhão de Choque da PM e 1 da Polícia Civil foram avistados por participantes da manifestação (3 na Av. Afonso Pena, 2 na Av. Paraná, 2 na Av. Santos Dumont). Nos quarteirões próximos, várias viaturas da ROTAM estavam estacionadas ou circulando. Menos discreta era uma viatura da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), colocada de uma maneira tal que todos os que chegavam ao Ato pela Av. Afonso Pena, obrigatoriamente a avistariam.

Indiferente a este aparato a manifestação se realizou.

Falaram representantes da pró-CUT, dos sindicatos do interior, dos movimentos populares, dos partidos políticos, dos funcionários públicos estaduais.

A participação na manifestação expressou a situação atual vivida pelo movimento em Minas: participaram os ativistas sindicais e dos movimentos populares, sendo que o maior número de participantes foi mobilizado pelas Associações de Bairros. A importância da comemoração do dia do trabalhador não pode obscurecer numa certa fragilidade demonstrada no ato.

O que foi o 1º de maio deve ser motivo de discussão da pró-CUT e do conjunto do movimento dos trabalhadores no estado. Não há dúvida que a atual situação de crise joga um grande efeito desmobilizador. Há mobilizações, mas localizadas, como a luta dos trabalhadores da Belgo, iniciativas de organização da luta contra o desemprego nos bairros. No entanto, não há um forte polo de atração, de unificação do movimento, que empolgue o conjunto dos explorados, organizando e articulando a disposição de luta de todos.

E é fundamentalmente o esforço organizado, unificado do conjunto do movimento sindical e popular, a partir das iniciativas da pró-CUT que pode apontar para uma superação do atual quadro do movimento em Minas.

A partir desta avaliação, que deve ser aprofundada, esforços não podem ser poupados na discussão, preparação e desenvolvimento das próximas iniciativas da Pró-CUT.

É o caso do Dia Nacional de Lutas, que se realizará no próximo dia 18 de maio e da proposta de um Congresso Estadual de Trabalhadores, com caráter de uma grande assembleia inter-categorias.

S. Paulo

Três mil pessoas em S. Bernardo e duas mil na praça da Sé marcaram presença nas comemorações do 1º de maio em S. Paulo. Um primeiro de maio que reflete os impasses vividos pelo movimento sindical, que apesar da grave crise econômica que vem deteriorando as já precárias condições de vida dos trabalhadores, não conseguiu ainda articular uma resposta ofensiva frente aos ataques do governo à política salarial e uma luta unificada contra o desemprego.

Em S. Bernardo repetiu-se a tradicional missa na Igreja da Matriz, seguida de passeata até o paço municipal, onde se realizou um comício. No discurso de Lula o reconhecimento dos impasses vividos "a situação da classe trabalhadora hoje é pior do que em 1980"... "mas os trabalhadores querem medidas concretas, estão cansados de vir à praça para ouvirem discursos."

Na Sé, o ato unitário convocado pela Pró-CUT estadual foi recheado pelos discursos conclamando à greve geral e à necessidade de resistência frente à política econômica.

A profusão de bandeiras vermelhas do PCdoB e os panfletos pedindo a legaliza-

R.G. do Sul

No Rio Grande do Sul, as comemorações do 1º de maio realizaram-se em Caxias do Sul, no interior do estado. Um ato unificado e centralizado a nível estadual, que reuniu cerca de 12 mil manifestantes, numa das maiores comemorações do país. O ato, que tinha um clima de festa e de luta, contrastava com o clima de terror que as autoridades tentaram espalhar pela cidade: pelotões de choque espalhados por toda parte e reiterados conselhos para que a população fechasse as suas casas e não saíssem às ruas.

A realização de um ato massivo reflete uma conjuntura particular que vive o

sindicalismo gaúcho, que já se tornara explícito na preparação e realização do dia nacional de lutas, dia 22 de março, e nas greves metalúrgicas que se seguiram. Este ascenso, no entanto, é explicado pela pró-CUT estadual, que vem garantindo a unidade e centralização do movimento.

Assembleias regionais inter-categorias, preparatórias de uma Assembleia geral, eleição de inter-sindicais a nível de regiões articuladas com a pró-CUT estadual, garantiram até aqui, a expressão em um mesmo organismo de todas as forças significativas do sindicalismo e, na base, o respeito ao compromisso da unidade.

Este caráter unitário e centralizado garantiu um 1º de maio massivo onde se fizeram presentes, além das entidades sindicais, as entidades estudantis e os partidos políticos.

Todos os partidos políticos tem sua presença garantida pela pró-CUT, mas os próprios trabalhadores escolhem o que querem ouvir. No ato do dia 22 de março, o PDS não conseguiu articular nenhuma palavra sob as vaias do plenário. Desta vez, não compareceu e as vaias dos trabalhadores destinaram-se ao seu congêneres, o PTB, que na pessoa de Masuí Cunha, ex-dirigente sindical bancário, foi rejeitado pelas posições políticas conciliadoras do PTB com o regime.

Nas intervenções mais aplaudidas destacaram-se a apresentação de uma plataforma política de resistência à crise, com base na luta pela redução da jornada de trabalho, estabilidade no emprego e reajuste trimestral e propostas concretas de preparação da greve geral. Até julho, quando se realizará o Congresso Estadual de trabalhadores, a pró-CUT tem um calendário de Encontros Regionais, onde serão organizados comandos inter-categorias com objetivo de organizar a greve geral e um fundo de greve.



São Paulo: muitas bandeiras e pouca massa

ção do PCB deram a tônica ao ato, não faltando um arremedo de entrada triunfal de Joaquim dos Santos Andrade — o Joaquinão — à frente de uma pequena passeata de "camisas azuis" Décio Malhos, vindos do Congresso dos Metalúrgicos que se realizava naquele momento.

Rio de Janeiro

Desta vez o 1º de Maio do Rio de Janeiro foi diferente. Programação de dia inteiro na Quinta da Boa Vista, intercalando shows e comícios. Lá pelas 3 da tarde teve início a parte política.

Num palanque bem armado e com um potente som, Jorge Bittar, pela pró-CUT convocou a mesa e anunciou os oradores: Abdias José dos Santos (Inter-sindical-RJ), Clara Araújo (UNE), Teotônio Vilela (PMDB), Saturnino Braga (PDT), Wilson Farias (PT), Eraldo Lirio (FE-TAG), Francisco Dal Prá (Federação dos Trabalhadores RJ), Jo Resende (FAMERJ), Irineu (FAFERJ), Ivan Martins (pró-CUT) e o próprio governador do Estado, Leonel Brizola.

No gramado diante dos oradores muita gente se reuniu, número difícil de calcular, mas não inferior a 50 mil pessoas. Muitas faixas numa tarde quente e com pouco vento. As faixas, o que mais anunciavam era a CUT e a preparação da greve geral, além do NÃO À TRÉGUA estampado em pano vermelho e com a assinatura do PT.

No entanto, não podemos dizer que as falácias empolgaram a massa, inclusive a falação de Brizola não conseguiu nem segurar a presença do público, que talvez, já cansado, preferiu começar a ir pra casa.

Um ato convocado pela Intersindical-RJ que aceitou como orador o governador do estado precisaria estar mais orientado para ser um marco para o desencadear de lutas contra a ofensiva patronal e da política econômica do governo sobre os salários e as condições de vida do povo trabalhador do que alimentar falsas expectativas e semear apoio a um governo que no fundamental não rompe laços de sustentação da ditadura militar, aceita as "tréguas" e prefere um movimento operário domesticado, mas fácil de ser controlado.

Funcionários Públicos Virada sim, cambalhota não

Estes eram os dizeres de um dos muitos cartazes carregados na Concentração dos 2.000 funcionários públicos estaduais, realizada dia 27, defronte do Palácio dos Despachos.

Esta Concentração foi convocada pela FASPEMIG, juntamente com várias associações, como — ASDER, VTE etc, para a apresentação das reivindicações dos funcionários ao governo estadual: 60% de aumento mais Cr\$ 10 mil fixos em abril, em aberto o aumento de outubro, 13º salário e garantia de emprego para todos que estão trabalhando.

O governo apresentou uma contraproposta: 40% em abril, 30% em outubro e 25% do 13º este ano. Levada à Concentração, que assumiu o caráter de uma Assembléia, a proposta do governo foi rejeitada pelos presentes. A Assembléia definiu o prosseguimento das negociações com o governo estadual. Decidiram também convocar uma nova CONCENTRAÇÃO, para a Praça da Assembléia Legislativa.

A ampliação e fortalecimento do movimento é o objetivo, e há esforços para estendê-lo ao interior do estado. Estes aspectos são considerados vitais para a conquista das reivindicações dos funcionários.

Um fato não passou despercebido dos participantes da Concentração e foi noticiado pelo jornal DIÁRIO DA TARDE: a presença de conhecidos policiais do DOPS entre os participantes e a presença de 2 micro-ônibus com tropas do Batalhão de Choque da PM a 3 quarteirões da Concentração.

A repressão atenta é um dos ingredientes da "cambalhota".

Monlevade em pé de guerra

Mais de 4000 trabalhadores participaram do 1º de maio em Monlevade. Um 1º de maio que foi uma preparação para a luta que se avizinha.

A Belgo-Mineira faz terrorismo: chantageia com o desemprego para reduzir salários. Os operários de Monlevade estão conscientes do significado maior da proposta da empresa. Sabem que ceder à chantagem da Belgo, é abrir um precedente aguardado por empresários de todo o país.

"Não daremos o mau exemplo!", afirma o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade, Leonardo Diniz. As conquistas dos trabalhadores de Monlevade custaram muita luta. Em 1978, 79 e 80 os operários fizeram greves nas fábricas, arrancando conquistas aos patrões. E agora Monlevade está de novo em "pé de guerra".

A Belgo-Mineira está tentando que os trabalhadores abram mão do INPC de abril de 1983. Esse aumento é de 42,6%, e é o semestral automático (a data-base é 1º de outubro), válido para Monlevade, Contagem e Sabará.

Para abrir mão do INPC, a Belgo "oferece" uma "gratificação especial" (sem incorporar ao salário) cujo valor máximo em Monlevade será de 12,6% em maio/junho e 20,6% em agosto/setembro. Em janeiro de 1984 ela "restituiria" mais 6% do INPC.

Como "compromissos" do Sindicato, a Belgo chega ao cúmulo de exigir que ele: 1 — não proponha dissídio coletivo; 2 — não incentive reclamações individuais e 3 — aja conjuntamente com a Belgo na defesa do acordo...

Além de tudo isso, há um item na proposta da empresa que diz que se a empresa tiver "dificuldades financeiras" durante a vigência do acordo, ela teria direito de fazer redução de salário e jornada de trabalho, sem consultar o Sindicato e a categoria.

A Belgo daria uma "garantia de emprego" até 31/7/84, mas só para quem nada fizesse contra as suas exigências.

— Para justificar o não pagamento do INPC, a Belgo alega dificuldades. Como vocês analisaram este argumento da empresa?

Leonardo: Na semana passada, a Belgo publicou nos principais jornais do país o seu balanço do ano de 1982. Neste balanço, podemos ver que a Belgo teve um faturamento de Cr\$ 78,9 bilhões. Um lucro líquido de Cr\$ 8,1 bilhões. O faturamento cresceu, de 81 para 82, 122%. Cada empregado produziu em 82 o correspondente a um total de Cr\$ 9,6 milhões.

No mercado, a Belgo detém 50% da produção de fio-máquina, sendo que o seu mais forte concorrente tem apenas 27%.

Aos acionistas, a Belgo distribuiu 37,4% do lucro líquido, quando a legislação exige somente 25%. Ela deu 12,4% a mais, sinal de que está em boa situação...

Cada um dos 18 diretores da empresa (o menor salário mensal deles é de Cr\$ 3 milhões) recebeu de "gratificação", de uma só vez, a bagatela de Cr\$ 20,1 milhões. Fazendo um cálculo, dá para ver que um operário com o salário de Cr\$ 168



Leonardo Diniz, metalúrgico de João Monlevade

mil (que é o salário médio da Belgo) levaria 8 anos e meio trabalhando para receber o que um diretor recebeu de uma só vez.

Com tudo isso a empresa diz que está em uma situação ruim...

— Qual a perda salarial que os trabalhadores teriam com a proposta da empresa?

Leonardo: Se nós hoje concordarmos com esta proposta daqui há um ano, um empregado que estivesse ganhando hoje Cr\$ 100 mil estaria tendo uma perda mensal de Cr\$ 67 mil. E cada ano que passa, essa perda iria se acumulando.

— Como foram as Assembléias que vocês realizaram?

Leonardo: Uma foi dia 26 à noite, com a participação de mais de 5500 pessoas. A outra no dia 27 de manhã, com mais de 1500 pessoas. É importante ressaltar que a Belgo em Monlevade tem 4000 empregados. Nossas Assembléias são abertas e comparecem além do trabalhador, um amigo, o vizinho, a esposa, os filhos. Para nós do Sindicato isso é importante, porque significa consciência do trabalhador. É importante que não só o trabalhador, mas também a família dele esteja consciente, porque se tivermos de tomar uma medida mais drástica ela saberá porque estamos tomando esta medida. Isto fortalece a posição dos trabalhadores e do Sindicato em Monlevade.

Os trabalhadores de João Monlevade não querem dar um mau exemplo

— Quais foram as decisões da Assembléia? Quais os próximos passos que vocês planejam dar?

Leonardo: Primeiro vamos começar imediatamente a fazer reuniões por setores da empresa. São reuniões com grupos menores, de 100 a 200 pessoas que apresentam à diretoria do Sindicato propostas do que deve ser feito. Também ficou aprovada a realização de reuniões por bairros, em toda a cidade, com as esposas e familiares dos empregados, para que elas também dêem sugestões e discutam com a gente os problemas que

deveremos enfrentar daqui para a frente.

Nós temos hoje em Monlevade uma garantia de emprego até 31 de maio. Os diretores da Belgo têm falado que caso os trabalhadores não aceitem abrir mão do INPC, que depois do dia 31 de maio vão começar as dispensas, para fazer rotatividade.

Os trabalhadores foram muito conscientes disso nas Assembléias. Eles preferem correr o risco de demissão a abrir mão do INPC.

A avaliação das Assembléias é a seguinte. Os trabalhadores não queriam em hipótese alguma que aqui em João Monlevade fosse dado um mau exemplo. Sabemos que isso seria um exemplo muito perigoso, que seria prejudicial a todas as categorias dos trabalhadores brasileiros.

Sabemos que existem empresários que estavam aguardando a decisão de João Monlevade: caso concordássemos com essa colocação da empresa de abrir mão do INPC, diversos outros empresários iam fazer isso nas suas empresas e exigir, que os seus trabalhadores seguissem esse mau exemplo.

E esse mau exemplo jamais João Monlevade poderia dar.

Se a Belgo vier a fazer dispensas, ela vai correr risco. O risco é dos 2 lados. Nós vamos correr risco, mas a empresa também vai correr um risco muito sério.

Os trabalhadores em João Monlevade topariam qualquer coisa, até o sacrifício de sua própria vida, para não perder o emprego.

Estamos alertando, inclusive com documentos, às autoridades estaduais e federais, que se a Belgo, com a sua ameaça, com o seu terrorismo, se ela continuar com estas ameaças, ela vai correr risco muito sério.

Outra decisão da Assembléia: se até o dia 10 de maio a empresa não efetuar o pagamento com o INPC de abril, o Sindicato está autorizado a convocar uma Assembléia dentro da lei da greve (4330), e vamos fazer uma greve legal que pode ser decretada até o dia 15 de maio.

— Qual é o dia decisivo da luta?

Leonardo: Se não houver pagamento do INPC, entre o dia 10 e 12 de maio. Caso contrário, se a Belgo depois do dia 31 de maio resolver fazer dispensa aqui em João Monlevade, qualquer dia será o dia D.

Metalúrgicos da Trefilaria também recusam proposta da Belgo

No dia 29 realizaram-se as assembléias do pessoal da trefilaria, em Contagem. Participaram delas 2600 trabalhadores (o que representa 90% do pessoal empregado). Por aclamação e por unanimidade, a proposta da Belgo foi rejeitada.

Na comemoração do 1º de maio, o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH-Contagem, João Silveira, declarou que "... os trabalhadores estão conscientes que se capitularem à Belgo estarão dando um mau exemplo ao Brasil. Se a Belgo-Mineira colocar um trabalhador na rua, a trefilaria vai parar. E Monlevade está conosco".

Pedindo o apoio dos presentes, João Silveira afirmou que "Monlevade e nós estamos firmes no propósito de uma grande greve".

Metalúrgicos/SP

SINFONIA INACABADA

O 6.º congresso dos metalúrgicos da Capital (o primeiro depois do golpe de 1964) começou com uma abertura festiva na noite de 29/abril, com discursos sobre a crise econômica e a ação sindical. Passou por momentos de discussão importante, na manhã de 30/4, por tumultos no fim da tarde e entrou no Primeiro de Maio com vários arranhões, que nem o Show de Wanderléa (com "mini-saia e tudo", como anunciou o Joaquinção) podia apagar. Uma iniciativa da mais alta importância para a categoria foi prejudicada por alguns erros de preparação "técnica" e de condução política.

Por Regis Moraes

A abertura do congresso teve cenas um pouco "engraçadas". O presidente do Sindicato Metalúrgico de Osasco, Antonio Toschi, foi convidado a falar sobre "ação sindical". Levou boa parte de seu tempo explicando que não se devia chamar um pelego de pelego, que "cada categoria tem a direção que merece" e outras "defesas" não solicitadas pelos patrocinadores do congresso, que aliás devem ter se sentido meio incomodados pela insistência do orador. Tanto mais que, depois de afirmar que não cabia a um dirigente criticar outro, de uma outra categoria, passou a desancar o "pelego Ari Campista", dirigente de uma entidade (CNTI) recentemente disputada pelo Joaquinção... E terminou fazendo um justo e veemente ataque à estrutura sindical atrelada e ao Imposto sindical. Quem entendia do que ele falava não pôde deixar de se surpreender...

O congresso: da discussão ao bate-boca

O congresso mesmo foi realizado apenas no sábado, e mais precisamente durante a manhã. Numa discussão surpreendentemente aberta e em certos momentos bastante politizada, 1100 delegados, divididos em 10 grupos, debateram os temas: Desemprego/política salarial, política econômica e ação sindical. Mas, entre as 13 horas e perto das 18 os delegados foram deixados aos cuidados do almoço, do filme e da longa espera pela comissão de redação incumbida de "resumir" as discussões dos grupos para trazê-las à plenária.

O resultado não podia ser diferente. Um plenário cansado, que deveria estar encerrando os trabalhos, se viu na obrigação de discutir e votar a tope de caixa os relatórios distribuídos pela comissão executiva. Quando se pôs em discussão o último (e o mais polêmico) tema do encontro — ação sindical — o tempo já estava com duas horas de excesso.

Tava armado o fuzuê

Nesse ponto, inscreveram-se para fazer ressaltar ao relatório nada menos que 36 oradores, o que arrastaria o congresso pelo

menos até as 22 horas. Na melhor das hipóteses. A "solução" encontrada pela mesa, como nas assembleias de campanha salarial, foi submeter as discussões ao sorteio de 6 oradores, o que, evidentemente, foi encarado como uma cassação de palavra e uma manobra para evitar oposição aos relatórios.

A comissão executiva tivera mais de 4 horas para sintetizar as opiniões dos grupos. O plenário disporia de 2 horas para discuti-las e votá-las.

O resultado foi que três dos seis oradores se recusaram a falar sobre o mérito dos temas, limitando-se praticamente a denunciar esse método. E os outros três somaram algumas vírgulas ao texto, ao final aprovado em bloco, no meio de uma parafernália que ninguém mais entendia.

Um passo adiante...? Em qual direção?

Desse modo, um dos mais promissores eventos para a categoria, apesar das dificuldades e debilidades da preparação, retirada de delegados e discussão nas fábricas, viu-se comprometido pelo apressamento em fazer passar como da categoria todas as principais teses político-sindicais da diretoria. O que, além do mais, contribuiu muito pouco para qualquer unidade. O reflexo disso foi que, a passeata dos metalúrgicos, no ato unitário do Primeiro de Maio, que poderia ser uma demonstração de força e organização, acabou se realizando apenas com uns 10% dos delegados.

O estreitamento artificial do movimento sindical dentro das teses defendidas por uma corrente desse movimento não deixa de ser uma forma (e não a mais progressista) de afirmação da teoria da correia de transmissão, que muitos desses dirigentes dizem criticar. E o estreitamento ideológico vai levando a um estreitamento de bases do movimento e ao estímulo a todas as formas de divisão. Mais uma vez, se é verdade que sem unidade não se tem democracia, sem democracia não se faz unidade. A categoria, que com o congresso poderia ter dado um passo à frente, ficou com o pé suspenso no ar...

As teses mais significativas

Política salarial/desemprego/política econômica:

Salário desemprego; estatização dos bancos; nacionalização das multinacionais e controle da remessa de lucros; moratória da dívida externa; incentivo à pequena e média empresa; incentivo à produção e consumo internos; comércio exterior com o Terceiro

Mundo e os países socialistas.

Ação Sindical

Liberdade e autonomia sindical; CUT; incentivo à formação de comissões de fábrica; preparação da greve geral.

Moções: pela derrubada do trio Langone-Galveas-Delfin; pelo fim do regime militar, "mediante eleições diretas em todos os níveis".

Joaquinção e as convicções reformistas

Há, certamente, uma parcela do empresariado (e não apenas nacional) interessada em reforçar o regime. Ora coloca a questão da demissão dos ministros comprometidos com a política econômica atual (juros, dívida externa etc), ora coloca a reformulação do sistema de participação da "sociedade" no jogo do poder (conselho de estado? parlamento controlado? eleições diretas?). Não por acaso, essas parcelas do empresariado passaram, depois das greves de 1978 a colocar com insistência, em seus pronunciamentos e projetos, à reivindicação da "liberdade sindical" e do "direito de greve". Isso chegou a aparecer até nos panfletos anônimos das dissidências militares (Centelha Nacionalista e outras), no programa da Frente de Redemocratização do banqueiro Magalhães Pinto, do general Euler Bentes e do empresariado Severo Gomes.

O sonho eterno da etapa democrática

Essa parcela reconhece a necessidade de ganhar para sua causa certos setores confiáveis do movimento operário setores que mobilizem controladamente o proletariado. Para incorporar a seu projeto a classe operária, precisam acenar com algumas migalhas para a classe trabalhadora e algumas vantagens ilusórias para a burocracia sindical e a esquerda reformista. Para a burguesia de oposição, um método de manipulação necessário.

Para o reformismo, a convicção de que, afinal, este é o tempo da "etapa democrático-burguesa" da revolução social.

Joaquinção é assim o elo de ligação entre o empresariado "avançado" (e mesmo a ala aberturista do regime e do próprio ministério) e, por outro lado, o sonho da esquerda reformista. O velho dirigente, que sempre se dera bem com o regime de 64, não jogaria tão solto nessa partida se não contasse com autorização e costa quente de uma parte da classe dominante.

A diferença é política e não moral

Mobilizar — mas com cuidado e com reivindicações "disciplinadas". Organizar — mas atreladamente. É a cartilha dessa aliança.

Para as oposições que não se limitam a esse projeto, a saída é difícil. Correm o risco de adaptar-se ou sectarizar-se. Coloca-se para elas o desafio de sair da perplexidade e combater as propostas de conciliação de classe sem isolar-se no propagandismo e no doutrinarismo que podem lançá-las para fora dos organismos sindicais de massa. O primeiro passo para pensar a sério nesse dilema é tomá-lo como um problema político e não moral. Mais que condenar os métodos (que revelam uma concepção, é verdade), é preciso perguntar: qual é o programa "deles" e qual o "nosso"? Onde coincidimos e onde divergimos?

Ceclat/SP

Unificação em compasso de espera

Com a presença de 447 delegados de 53 sindicatos e 175 delegados de 36 associações profissionais, realizou-se nos dias 21/22/23 de abril o Congresso Estadual da Classe Trabalhadora (Ceclat-SP). Proposto como um congresso de unificação das correntes sindicais que se opõe em São Paulo (e no país inteiro) — as que participam da Pró-CUT e as vinculadas à chamada "articulação das federações" — foi na verdade um meio-caminho nesse sentido. Se por um lado metade da "articulação das federações" se fez presente e acabou entrando na nova Pró-CUT estadual, por outro, entidades representativas dessa ala se ausentaram, como foi o caso do Sindicato Metalúrgico da capital, cuja delegação foi retirada à revelia da direção do órgão.

Durante os dois dias, em grupos e em plenária, poucas questões polêmicas foram levantadas. E, na verdade, sem o antagonismo que fora característico dos últimos ENCLATs. Foi o caso por exemplo da composição da nova Pró-CUT estadual. Contrapunham-se duas propostas: votação de entidades ou votação de nomes. Ganhou a proposta de uma chapa de nomes, mas os proponentes da chapa de "consenso" (ou de conchavo) tiveram o cuidado de compô-la incluindo suplentes, na maior parte dos casos, da mesma entidade do titular...

O congresso tirou algumas decisões sobre a filiação formal (e contribuição financeira) das entidades à Pró-CUT, além de estabelecer uma hierarquia nos organismos de decisão intersindical do estado: congresso ou ENCLAT, plenária de representantes das comissões

municipais ou regionais convocada pelo estadual, plenária de entidades, comissão estadual. Além da filiação formal, os sindicatos deverão dar espaço, nas sua imprensa, à voz da Intersindical.

Plano de ação

As reivindicações não inovaram significativamente, comparadas aos últimos encontros, apenas adendando umas poucas reformulações na questão do desemprego. O encontro teve porém o bom-senso de programar um calendário de atividades intersindicais rumo ao Conclat à preparação da greve geral: a) de 2 a 17 de maio — assembleias de categorias afins; b) 18 maio — dia nacional de pressão contra o decreto 2012, com manifestações de vários tipos; c) de 19 a 24 junho,

preparação da assembleia estadual de 25/6, onde se colocaria a questão da greve geral, do Conclat e da CUT.

A nova Comissão Estadual Pró-CUT

TITULAR	ENTIDADE	SUPLENTE	ENTIDADE
Fernando	Químicos Capital	Domingos	Químicos Capital
Waldir	Vidreiros	Celso	Vidreiros
Gushiken	Bancários Capital	Tita	Bancários Cap.
Vicente	Metalúrgicos SBC	Mané	Met. Sto. André
Agenor	Químicos ABC	Drumond	Químicos ABC
Jacó Bitar	Petroleiros Campinas	Paulo Acácio	Petr. Campinas
Ginaldo	Gráficos Santos	Fernando	Bancários Stos.
Lazaro	Metal Itu	Norberto	Metal Itu
Eli	Petroleiros Mauá	Osvaldo	Motoristas ABC
Ari Ruço	Metal S.J. Campos	José Luiz	Met. S.J. Campos
Gumercindo	APEOESP	Socorro	APASP (Assis. Sociais)
Magno	Fed. Servid. Públicos	Dagoberto	ASUSP (Serv. USP)
Geraldo	Coureiros	Paulo Skromov	Coureiros
Fábio	Sapateiros Franca	Orlando	Met. Rib. Preto
Arlindo	Médicos SP	Takaoka	Médicos
Miguel	UNSP (Serv. Públicos)	Helio Melo	UNSP
Pedro Paulo	Motoristas SP	Epifanio	Motoristas SP
Lu	Jornalistas SP	Jorge	Jornalistas SP
Edmilson	Met. Guarulhos	Sebastião	Met. Guarulhos
Queiroz	Texteis SP	João de Oliveira	Texteis SP
Toschi	Metal. Osasco	Vicente Ferreira	Met. Osasco
Eneas	Metal. Taubaté	João Batista	Met. Taubaté
Guerreiro	Metal. Rib. Preto	Augusto	Prof. Campinas
Jose da Hora	Laticínios SP	Antonio Ferreira	Laticínios
Joel Alves	Marceneiros SP	Lazinho	Marceneiros SP

(R.M.)

Os partidos da II Internacional

A partir da visão da revolução como "um processo puramente natural", desenvolveu-se na II Internacional uma estratégia que separava totalmente o "programa máximo", revolucionário, do "programa mínimo", e onde o partido não tinha tarefas revolucionárias a cumprir.

A difusão do marxismo, sua massificação, ocorreu na época da II Internacional. Formada em 1889, ela se apoiou sobretudo no partido alemão, o SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha).

As obras básicas de divulgação do marxismo, que permitiram a sua assimilação por setores mais amplos, foram o "Anti-Dühring" de Engels e textos de Kautsky, como o comentário sobre o Programa de Erfurt. Foi a partir destas obras que o movimento operário tomou contacto com o materialismo histórico, com as análises da evolução do capitalismo, com a luta de classes, com o significado do socialismo. É só nas décadas de 80 e 90 que o que chamamos de "marxismo" tomou corpo.

Este processo de divulgação do marxismo era certamente necessário, e assinalou um grande passo à frente para o movimento operário. Mas a necessidade de divulgação ampla, a tentativa de torná-lo mais inteligível, facilitou a introdução de um certo viés. Houve uma influência das concepções evolucionistas (Haeckel, Darwin e Spencer), muito difundidas na época, sobre o marxismo.

O próprio Engels contribuiu de alguma maneira para este curso. Falando durante o enterro de Marx, disse para homenagear o amigo: "Marx descobriu as leis do desenvolvimento da história humana, tal como Darwin descobriu as leis de desenvolvimento da matéria orgânica". Esta aproximação entre

marxismo e darwinismo, entre história natural e história humana, seria muito reforçada por Kautsky, que inclusive foi darwinista antes de tornar-se marxista. E em toda a época da II Internacional (1889-1914) predominou uma visão demasiado mecanicista, objetivista, da evolução histórica: o declínio do capitalismo, o advento do socialismo, seriam o resultado de uma desenvolvimento puramente objetivo, necessário; a própria revolução social era vista como um processo "puramente natural". O lado da intervenção consciente das massas, a necessidade de uma luta política para vencer a burguesia, eram colocados num segundo plano.

A estratégia do "radicalismo passivo"

Esta visão do processo histórico teria de influenciar profundamente a estratégia de luta pelo socialismo e a visão do partido. E foi o que ocorreu.

O principal teórico da II Internacional após a morte de Engels, Kautsky, dizia que "a social-democracia é um partido revolucionário, mas não é um partido que faz a revolução, já que a revolução não é algo que possa ser feito". Ou então: "nossa tarefa não é a de organizar a revolução, mas de nos organizarmos para a revolução; não a de fazermos a revolução, mas de nos utilizarmos dela".

A perspectiva revolucionária, no sentido de



antagonismo à sociedade capitalista, era mantida. Era mantida a idéia de que o proletariado deveria conquistar o poder político e exercer a sua ditadura para garantir a passagem ao socialismo. O caráter "radical" da posição majoritária da social-democracia de até 1914 ficou bem claro em duas polémicas importantes conduzidas por Kautsky, contra Vollmar e contra Bernstein.

Georg von Vollmar era o representante da "direita" da social-democracia, na passagem do século. Defendia o apoio, dentro dos limites do interesse da social-democracia, ao reformismo do governo, isto é, o reformismo de setores das classes dominantes. Kautsky foi contra qualquer aliança nesta direção, argumentando que uma política como essa permitiria às classes dominantes dividirem o proletariado. No lugar disso, Kautsky propunha uma aliança com os camponeses e intelectuais, desde que estes aceitassem o programa da social-democracia.

Bernstein, como é amplamente conhecido, se tornou o maior representante de uma revisão global do marxismo, com o abandono da perspectiva revolucionária e a defesa de uma política de reformas graduais dentro do capitalismo. Kautsky se opôs a essa ilusão de uma "era de reformas" (as reformas não poderiam senão ser arrancadas da burguesia), e concluiu reafirmando: "uma vez que o proletariado se organiza como partido político independente, que trava conscientemente a luta de classes, então a abolição da

propriedade privada dos meios de produção capitalistas e a abolição da produção privada capitalista deve tornar-se sua finalidade; ele deve levantar a própria bandeira do socialismo não como realização, mas como superação do liberalismo; ele não pode ser um partido que se limita às reformas democrático-sociais, mas deve se tornar o partido da revolução social". (Kautsky, crítica a Bernstein).

Na mesma linha, a necessidade da autonomia ideológica do proletariado e da sua independência política foi reafirmada na polémica contra Millerand, socialista que tinha entrado em um governo burguês.

Mas este radicalismo, se queria manter nos partidos operários uma relação de antagonismo em face do sistema capitalista, não colocava ao movimento operário nenhuma tarefa revolucionária imediata. A tendência foi então estabelecer-se a total desvinculação entre o "programa máximo" socialista e revolucionário, do qual se fazia a propaganda, e o "programa mínimo" de luta por conquistas dentro da sociedade burguesa, que valia na prática.

O partido orgânico da classe

Esta concepção estratégica foi chamada, e com razão, de "radicalismo passivo", de "expectativismo revolucionário", de "socialismo fora do tempo". E seu caráter passivo reforçou-se mais ainda durante a polémica sobre a greve geral, quando Kautsky, contra Rosa Luxemburgo e Pannekoek, defendeu a "estratégia do desgaste".

Ora, um partido que não se prepara para dirigir uma revolução, que não tem tarefas revolucionárias a cumprir, cuja atividade fundamental é desenvolver a autonomia ideológica e política do proletariado, difundir o seu programa, e reivindicar nos quadros dos sindicatos é um partido pouco ativo, com um baixo grau de militância, onde predominam os filiados sobre os militantes. A tendência é de apagar a distinção entre o partido e a classe. De fato, em muitos países, e sobretudo na Alemanha, o partido social-democrata se identificou na época com o conjunto da classe, foi o partido orgânico da classe, o partido que unificava a classe.

A história mostrou que, com esta concepção, era difícil manter o radicalismo do "programa máximo". Como sabemos, progressivamente os partidos social-democratas foram se adaptando à sociedade burguesa.

ESTUDANTES

XXI Congresso da UBES

Contra a manobra e a divisão

Por Lúcio Costa e Rômulo Baeta

Curitiba, 1981, a UBES é reconstruída num congresso fruto das necessidades das auto-proclamadas vanguardas do movimento secundarista. Nasce daí uma entidade fraca, débil e com uma base restrita nas escolas. Fruto de tal processo a diretoria será uma composição pelego-reformista que se pautará pelo imobilismo e aparelhismo; não unificará nenhuma luta a nível nacional, preferirá acordos com o MEC e as direções das escolas, não respeitará as instâncias da entidade, passando por cima de deliberações do Congresso e de CONEGs. Em uma palavra, não conseguirá botar a UBES nas escolas.

O XXI Congresso da UBES, realizado em Campinas nos dias 21 a 24 contou com a presença de 1.200 delegados. Resultado da pressão da oposição, esse expressou de um lado uma vontade imensa de virar a mesa e de outro os esforços do reformismo por manter-se no controle da entidade. A proposta de chapa única de oposição, lançada pelos apoiadores do **Em Tempo** e **O Trabalho** rapidamente ganhou força no Congresso. Graças aos esforços de Alicerce, a oposição teve enormes dificuldades em unir-se num bloco e por fim viu inviabilizada sua unidade. Por falta de pontaria acaba-se atirando em quem está nesse lado da barricada, no campo do classismo.

A bancada do **Hora do Povo**, Rio de Janeiro, causou a grande polémica no Congresso, eram 260 delegados fraudados, tentativas de agressão e esfaqueamento a diretores da UPES e

UBES. Frente a isso, a oposição propôs o não credenciamento dessa gang agapista. Graças a uma manobra da diretoria da UBES a bancada em questão participou da votação sobre seu credenciamento dando assim maioria para a diretoria da UBES. Os apoiadores do **Em Tempo**, em repúdio a esse golpe na democracia, **retiram-se do plenário** e passam daí por diante a abster-se nas votações realizadas nos outros dias.

Criar uma alternativa

Permanecer como se nada tivesse ocorrido, seria referendar o gangsterismo no Congresso, retirar-se dele seria fazer o jogo dos reformistas de forçar um racha na UBES. **Defender a unidade do movimento** não significa engolir quieto golpes e manobras, tampouco **defender a democracia do movimento** quer dizer sair da raia. Essas duas coisas se fundem na manutenção do combate político no congresso e fora dele, nas escolas.

Saímos do XXI Congresso, sem nenhuma orientação para as lutas nas escolas, sem nenhuma proposta que nos unificasse nacionalmente, com uma diretoria que manterá o essencial da política levada até aqui pela UBES.

Aos que lutaram por uma chapa única da oposição e contra os golpes e manobras, está colocada a tarefa de voltar as bases e divulgar o Congresso. Só o fortalecimento de um movimento secundarista de massas criará as condições para a construção de uma ALTERNATIVA política ao reformismo e ao esquerdismo.

UCMG

A vez do Cio da Terra

Com 4343 votos contra 2569, a chapa Cio da Terra venceu as eleições para o DCE da Universidade Católica de Minas Gerais. Aqui, uma pequena entrevista com Henrique Bizzoto, coordenador geral da diretoria eleita.

O processo eleitoral da UCMG foi bastante inovador. Os reformistas, depois de uma gestão desastrosa, propunham a unidade "deles", e não colocavam uma visão de um movimento independente do governo e ao lado dos trabalhadores. Como foi feita esta discussão?

Henrique: A oposição — formada basicamente por estudantes petistas — tendo maioria no Conselho de DAs, apresentou a proposta de uma Convenção Unitária do DCE, envolvendo todas as forças. Com o auditório lotado, começou-se a diferenciar as visões sobre o movimento. Um dos principais pontos da polarização deu-se em cima da questão: que é unidade? Unidade para nós, só é possível com a independência do movimento estudantil frente ao governo Tancredo, contra a conciliação, e ligado à luta do povo trabalhador. A unidade "deles" baseava-se na visão de que o estudante é um ser desvinculado da luta de classes, e portanto, não deve se posicionar frente à transformação social. No final, foram forçados a se posicionarem, até na questão internacional, onde defenderam abertamente o ditador polonês. Em cima destas concepções, eviden-

temente, só poderiam se formar duas chapas.

— Como "Cio da Terra" trata o problema da crise universitária?

Henrique: A crise pela qual o país passa vai se refletir na universidade de duas formas. Em primeiro lugar, acentua-se o corte de gastos públicos com o setor. A UFMG, por exemplo, decretou a sua falência. Na Católica, a universidade vive um processo acentuado de empresariamento e milhares de jovens não têm como continuar seus estudos. Em segundo lugar, a escola vem perdendo a sua função social, como instituição do Estado burguês. O cara que se forma hoje, não foi preparado devidamente para o mercado de trabalho — quando este existe — A própria função de pesquisa está paralizada ou em vias de paralisação. Acreditamos que duas devem ser as nossas respostas. É preciso interligar a luta por uma universidade autônoma, democrática e gratuita ao movimento operário-popular, pois é impossível que um segmento social possa conquistar sozinho bandeiras que são gerais. Acreditamos que é preciso desenvolver também a unidade de comunidade universitária na luta prática contra as manifestações desta crise em cada escola, procurando desenvolver uma nova concepção de escola, a serviço dos interesses da classe trabalhadora.



Julieta Balestro, participante ativa do MUMG

Movimento Unitário da Mulher Gaúcha

A batalha pela unidade

O surgimento de movimentos unitários em vários estados, a partir das comemorações do 8 de março deste ano, parece apontar uma nova fase para o movimento de mulheres. Um momento de romper as divisões e construir a unidade, agora fundamentada na organização de base das mulheres trabalhadoras, por suas reivindicações específicas. Aqui, Julieta Balestro, integrante da pró-CUT Nacional, da diretoria do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul (CEPERS) e participante ativa do movimento unitário da mulher gaúcha, fala da experiência nos pampas.

Por Sônia Maluf

— Julieta, tu participas do Movimento Unitário da Mulher Gaúcha representando o CEPERS (Centro dos Professores)..

Julieta — O Movimento Unitário da Mulher Gaúcha é um movimento que congrega não só entidades, mas os grupos feministas e mulheres em geral. Quer dizer, se uma mulher, por exemplo, não pertence a grupo nenhum, ou a partido algum, ou não está engajada em nenhuma entidade, ela também pode pertencer ao Movimento, porque ele é unitário, é de todas as mulheres gaúchas.

— Como é que surgiu o Movimento Unitário da Mulher Gaúcha?

Julieta — O MUMG surgiu na preparação do 8 de março deste ano. Nós já tivemos uma experiência passada em que os grupos de mulheres e as entidades, algumas com a maioria de mulheres, como o magistério e o vestuário, não conseguiam uma unidade entre si, ficando uns para um lado outros pra outro. Mas se nós somos naturalmente diferenciadas por nossas ideologias, por nossas categorias, nós temos um ponto em comum, que é ser mulher e os nossos problemas são os mesmos. E, de repente, vimos que estávamos sós, em núcleos, em guetos e não levávamos uma luta mais forte e mais concretizada. Foi aí que nos surgiu a idéia de, independente do grupo ou entidade a que pertença, ou enquanto mulher individualmente, nós, quando houver uma luta em comum, nos unirmos. Daí fizemos uma programação para o Dia Internacional da Mulher deste ano. Depois, numa avaliação do 8 de março, todos os grupos se mostraram satisfeitos com o movimento unitário, não só os grupos de mulheres, mas todos os segmentos da sociedade, porque viram que o nosso maior objetivo é o de que as mulheres sejam incentivadas, através de suas lutas específicas, também à participação geral. As mulheres, nesta sociedade, são colocadas em segundo plano, não ocupam o mesmo espaço que os homens. Não que não queiram, mas há repressão, e há repressão porque nossa sociedade ainda é machista. Então este movimento nasceu para a união de todos esses grupos para trabalharem em conjunto nos grandes momentos.

— O que o MUMG traz de novo, em relação aos dois últimos anos no movimento de mulheres, que foi um período de divisão e rachas?

Julieta — Antes, existiam os movimentos feministas, de um lado, e sabíamos que muitas vezes elas estavam somente interessadas na questão específica da mulher, não levando a parte política junto. Quer dizer, não aproveitando desses problemas específicos para um entrosamento da mulher na parte social e política. E, de outro lado, existiam os que só levavam a política, sem interessar-se nos problemas específicos da mulher: a

sexualidade, a violência sobre a mulher, etc. Então, unindo estas correntes todas, nos parece que há um movimento mais compacto, que tem uma finalidade e um objetivo maior, unir a ação ao estudo específico da mulher e seus problemas. É isso o que o MUMG traz de novo.

— A organização das mulheres em cima de suas questões específicas é muito nova ainda. São poucas as mulheres conscientizadas e organizadas em torno de seus problemas. Que papel tu achas que o Movimento Unitário pode cumprir neste momento para incentivar a organização específica das mulheres?

Julieta — Ele justamente tem a finalidade de que a mulher se dê conta de seu estado, do seu status socialmente qual é, e da importância da participação dela

Se somos diferenciadas por nossas ideologias, nossas categorias, temos um ponto em comum que é ser mulher

como mulher. O Movimento Unitário vai incentivar que a mulher, além de se voltar para seus problemas específicos, participe dos seus sindicatos, que ela saiba ocupar o seu espaço, que ela não sabe normalmente. E, porque que ela não sabe? Porque ela é muito reprimida. E é com o movimento criando corpo que ele vai contribuir para que a mulher não se intimide, não tenha uma repressão tão forte sobre ela.

— Que atividades o MUMG pretende desenvolver?

Julieta — Nós participamos do 1º de Maio, incentivando para que a mulher participe de seus sindicatos e suas entidades, levando ao 1º de Maio as principais lutas da mulher trabalhadora. Estamos também com uma programação pronta para o dia das mães, mostrando à mulher que ela é usada, é comercializada até como mãe. O dia das mães é só festinhas, presentes, a sociedade de consumo aproveitando da mulher como mãe para vender. O sistema capitalista é o que mais oprime a mulher. Vamos distribuir um texto nas lojas, nos supermercados, na rua, denunciando a comercialização da mulher, o seu uso como objeto de consumo. Além disso, faremos um debate, discutindo a tripla jornada de trabalho que recai sobre a mulher, porque tudo na casa deve ser feito pela mulher. Além disso recebemos um pedido de estudar a reforma do Código Civil no que se refere à mulher. A União de Mulheres do município de São Paulo nos enviou um abaixo-assinado pedindo para aprovar o

estatuto da mulher, sem nós conhecermos ele. Então, nós vamos debatê-lo e ver o que na realidade sentimos como de interesse da mulher e no que novamente a mulher está sendo reprimida ou discriminada no Código Civil.

— Em relação a essa intervenção no 1º de maio, quais são as lutas principais que estão sendo levantadas?

Julieta — Nós levamos ao 1º de Maio as seguintes lutas: fim da discriminação entre o homem e a mulher, garantindo à mulher salário igual ao do homem pelo mesmo trabalho; o direito à mulher grávida de mudar de função quando esta prejudicar a gravidez, sem ser demitida; creches para todas as crianças nas empresas e bairros, mantidas pelas empresas e pelo poder público, sob o controle dos trabalhadores; o fim da discriminação da mulher em promoções e cargos de chefia; direitos previdenciários e aposentadoria para a mulher camponesa; extensão de todos os direitos trabalhistas para a empregada doméstica; fim da discriminação da mulher negra no trabalho; conter as tentativas de exploração sexual da mulher pelos chefes como condição para a manutenção no emprego; fim do teste de gravidez para as mulheres trabalhadoras no momento de admissão ou mensalmente.

Essas são as lutas específicas da mulher que nós levamos aos trabalhadores. Junto aos demais, nós vamos lutar contra o desemprego, contra o arrocho salarial, contra a política econômica atual do governo e pela revogação do decreto 2.012, que vem rebaixar os salários dos trabalhadores.

— Inclusive, 75% das mulheres que trabalham como assalariadas estão na faixa dos três salários mínimos, que é a faixa mais atingida por esse decreto. Além de encaminhar para o 1º de Maio, o MUMG já está pensando em alguma forma de desenvolver essas lutas?

O movimento unitário vai incentivar que a mulher além de se voltar para os seus problemas específicos, participe dos sindicatos, ocupe seu lugar na luta política

Julieta — Nós estamos agora levantando as bandeiras de luta e depois traçaremos um programa de ação, um encaminhamento para elas. Outro dado importante é que o censo de 1980 comprova os salários inferiores das mulheres no Brasil, que em geral recebem 40% a menos que o homem pelo mesmo trabalho. De cada 100 trabalhadoras, 42 recebem um salário

mínimo e a proporção de homens no mesmo caso cai para 27.

— Em outros estados também está existindo essa experiência de movimentos unitários. Minas Gerais é um deles, Rio de Janeiro também...

Julieta — Alagoas também tem um movimento unitário, e nos convidaram para participar das comemorações do 8 de março lá. No Congresso Nacional de Professores, em Natal, nós tivemos uma

Quando os movimentos unitários estiverem bem organizados, nós poderemos fazer seminários, encontros a nível nacional

reunião das professoras que pertencem a grupos de mulheres e a proposta de criação de movimentos unitários da mulher nos estados foi aceita por todas.

— Qual a importância que tu vêes na existência desses movimentos unitários para o futuro do movimento de mulheres?

Julieta — São importantes porque cada estado têm a sua realidade. A realidade do Rio Grande do Sul é uma, já a do Nordeste é outra. Então, havendo esses movimentos unitários de acordo com cada realidade, vai haver um movimento mais forte em todo o país, em cada região.

— Uma exceção aí é São Paulo, um estado importante, onde o movimento se encontra totalmente dividido, o próprio 8 de março não foi comemorado de forma unitária...

Julieta — O problema de São Paulo nós temos que estudar porque é um estado bastante grande, com uma capital enorme. E, lá, não só o movimento de mulheres está dividido, nós temos também dificuldades de uma unidade no movimento sindical, que está dividido em São Paulo. E aí justamente, nós temos que trabalhar no sentido de que também eles construam um movimento unitário lá.

— Tu vêes alguma possibilidade de que no futuro esses movimentos unitários que estão se formando em vários estados façam algum encontro, alguma discussão a nível nacional?

Julieta — Nós estamos recém criando os movimentos unitários. Quando eles estiverem bem organizados, nós poderemos fazer seminários, congressos, encontros, onde levaremos os problemas da mulher, debatendo e chegando a conclusões a nível nacional, o que é muito importante para nós.

O trabalhador negro, de escravo a desempregado

Entidades negras do Estado de São Paulo, participaram do 1.º de Maio lembrando ser o trabalhador negro, o primeiro integrante da classe trabalhadora no Brasil. A seguir, transcrevemos os trechos principais do manifesto distribuído e assinado por várias entidades.

"É importante que neste dia lembremo-nos daqueles que foram a espinha dorsal — e os primeiros membros da grande massa trabalhadora brasileira: os trabalhadores africanos escravizados. São os trabalhadores que vieram da África contra sua vontade e, aqui construíram com sua força de trabalho cada pedaço deste país; que deram início ao processo de acumulação da riqueza nacional. Isto, debaixo de todas as formas de violência: pancadaria, chicotada e morte.

Trabalhadores negros que se revoltaram com tal situação de exploração e organizaram as fugas em massa das fazendas, criaram os Quilombos (como o Quilombo de Palmares, Quilombo de Campo Grande e outros), lideraram as insurreições populares nas cidades (como a insurreição dos trabalhadores MALES, na Bahia). Foi assim que prepararam a sua emancipação e deram os primeiros exemplos de luta para a atual classe trabalhadora.

Os patrões e os governadores da época sob a pressão destas revoltas e pressionados pela revolução industrial (o trabalho negro lhes causava grandes prejuízos, já que a manutenção de um escravo custava muito mais caro e este era mais perigoso que o trabalhador livre) acabaram abolindo a escravidão através da Lei Áurea, assinada pela princesa Izabel no dia 13 de Maio.

O trabalhador negro, a partir daí, foi aliado do mercado de trabalho através da violência policial aos negros à discriminação racial na produção e na concessão de direitos e privilégios à população trabalhadora imigrante da Europa. Em nenhum momento os patrões e governadores da época cogitaram dar terras aos ex-escravos, dar-lhes formação técnica para uma participação igual no mercado de trabalho, permitir-lhes a organização livre e independente. Ao trabalhador negro restou a marginalidade na produção, os piores cargos, o sub-emprego e desemprego, os piores salários e a repressão e violência ante qualquer esboço de organização.

Trabalhador negro que nos dias atuais também sofre o reflexo da crise econômica que se abate sobre o país. Basta perguntar ao seu amigo negro, observar uma família negra ou então olhar as fotos publicadas nos jornais durante os recentes quebra-quebras que começaram em Santo Amaro; somos uma comunidade em busca de empregos; uma legião onde uma grande parcela está desempregada e começa a ficar desesperada com esta situação. Situação que se agrava porque é vista como caso de polícia!

UM HOMEM SEM CARTEIRA ASSINADA, PARA A POLÍCIA É UM MARGINAL.

E SE FOR NEGRO, ENTÃO ... PAU NE-LE!

É este o trabalhador negro, quem sofre discriminação na admissão do trabalho, só é admitido nas piores funções. Isto, hoje, é reconhecido por organismos do próprio governo, pois recentemente o SINE — Sistema Nacional de Emprego, do Ministério do Trabalho, em matéria publicada na Folha de S. Paulo (15 04 83) reconheceu estar "encontrando dificuldades para colocar trabalhadores negros nas vagas oferecidas pelas empresas". Segundo os funcionários daquele organismo "por mais eficiente que seja, não adianta mandar um trabalhador negro para empresas que não aceitam negros. Ele será fatalmente recusado".

Trabalhador negro que nesse dia onde sindicatos e partidos se manifestam contra o arrocho salarial e o desemprego a que é submetida a maioria da população brasileira (da qual os trabalhadores negros são um dos maiores contingentes — pelo menos mais de cinquenta milhões de brasileiros, segundo o último censo oficial do IBGE), também se faz presente e propõe aos partidos e sindicatos que uma nova bandeira de luta se junte ao elenco das que hoje aqui são levantadas:

— QUE A BARREIRA DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL PARA O ACESSO AOS

EMPREGOS COMECE A SER DERRUBADA PELA CLASSE TRABALHADORA.

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ADMISSÃO DE EMPREGOS! CONTRA O DESEMPREGO!

CENESP — Coordenação de Entidades Negras do Estado de São Paulo, composta pelas seguintes entidades:

MOVIMENTO NEGRO DO INSTITUTO METODISTA — SÃO BERNARDO DO CAMPO; MOVIMENTO SÓCIO CULTURAL DA COMUNIDADE NEGRA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS; CENTRO AFRO-BRASILEIRO ANDRÉ REBOUÇAS — CARAPICUIBA; MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO — CAMPINAS; MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO SÃO PAULO; GRUPO NEGRO DA PUC — SÃO PAULO; MOVIMENTO NEGRO DE PIRACICABA; COMISSÃO DE NEGROS DO P.T.; MOVIMENTO NEGRO DO PDT — SÃO PAULO; GRUPO DE ARTE NEGRA DE ARARAQUARA-GA-NA; FRENTE NEGRA DE AÇÃO POLÍTICA DE OPOSIÇÃO — FRENAPOL — SÃO PAULO ESCOLA CULTURAL AUREA BRASILEIRA ARTES E OFÍCIOS ECAB — SÃO PAULO"

EM TEMPO, no seu quinto aniversário, promove:

Promoção nº 1: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO, você ganha o caderno **Malvinas, contradições do capitalismo e revolução social** de Marcelo Zugadi.

Promoção nº 2: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO conjunta com a revista **Perspectiva Internacional**, você ganha, além de uma redução do preço, o caderno **Malvinas**.

Promoção nº 3: Adquira a coleção

completa do EM TEMPO, composta de 169 números, por apenas Cr\$ 15.000,00.

Promoção nº 4: Assinatura vitalícia do jornal. Você paga Cr\$ 20.000,00 uma vez e recebe seu EM TEMPO em casa, para sempre.

Promoção nº 5: Em cada quatro assinaturas do EM TEMPO ou da revista **Perspectiva Internacional** que você apresentar, você ganha a sua assinatura.

Promoção nº 1 - _____	3.000,00
Promoção nº 2 - _____	5.000,00
Promoção nº 3 - _____	15.000,00
Promoção nº 4 - _____	20.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

A Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57 CEP 05414

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Leia PERSPECTIVA INTERNACIONAL Nº 5

● Ernest Mandel analisa a crise do sistema monetário internacional.

● Um dossiê sobre as políticas de austeridade da burguesia nos países imperialistas e as perspectivas dos trabalhadores: o movimento operário na Europa, nos EUA e no Canadá.

● A situação no Oriente Médio após a invasão israelense no Líbano e a retirada dos guerrilheiros palestinos.

● Paraguai: as transformações na economia e o estreitamento dos laços com o Brasil.

● Brasil: a estrutura sindical e os impasses do movimento.

Pouca gente registrou, pouca gente se lembra, mas o EM TEMPO estava lá e viu:

As Mulheres e o Trabalho

4 de fevereiro de 1978: O 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema reúne mais de 300 operárias.


3 de setembro de 1978: Centenas de operárias da fábrica De Millus, no Rio, enfrentam com pedradas um batalhão de choque da PM.

27 de setembro de 1979: No Congresso da Mulher Química de São Paulo nasce a Comissão de Mulheres, primeiro reduto da oposição dentro do sindicato, supercontrolado pelo pelego Waldomiro.

Tudo isso e mais cinco anos de lutas das professoras, das bancárias, das médicas, a organização nas universidades, o movimento de creches e muito mais, nos recortes do EM TEMPO, organizados no caderno

Um caderno dedicado a todas as mulheres que ousaram se transformar em notícia.

Nas sucursais do EM TEMPO, Cr\$ 30,00



"Milagre econômico, reconstrução do movimento operário, crise, FMI, pluralismo sindical, pactos sociais, transformações no Exército, Igreja, nos partidos. Quando se for escrever a história da distensão brasileira, a experiência espanhola certamente estará diante de nossos olhos."

COMPAREÇA ÀS MANIFESTAÇÕES DO DIA NACIONAL DE DENÚNCIA CONTRA O RACISMO NO DIA 13 DE MAIO DE 1983.

Em São Paulo
Manifestação no LARGO DO PAISSANDU, frente ao monumento da MÃE PRETA, às 19:00 HORAS.



O conhecido economista e militante socialista faz um balanço dos resultados do marxismo cem anos após a morte de Karl Marx

Por Ernest Mandel

“Sem Marx, o mundo de hoje seria muito mais desumano”

A situação do marxismo no mundo atual se caracteriza por um estranho paradoxo. A influência de Marx na realidade social parece ser mais forte do que nunca. Jamais lhe foram dedicados tantos colóquios, livros e artigos como por ocasião do centenário da sua morte. Porém ao mesmo tempo, jamais se falou tanto sobre a “crise do marxismo”, sobre seu “declínio irreversível” e sua “morte”.

O marxismo é a unidade de dois movimentos teóricos e práticos. De um lado, está seu aspecto rigorosamente científico. Durante toda a sua vida, Marx foi um cientista que desprezou a todos os que ocultam ou falsificam os fatos ou os resultados da investigação, qualquer que seja o pretexto.

Por outro lado, o marxismo tem uma dimensão emancipadora não menos rigorosa e exigente. Até Marx, os filósofos se haviam contentado em interpretar o mundo. Para Marx, tratava-se de transformá-lo, e isto com um objetivo preciso: suprimir mediante a atividade revolucionária toda condição social na qual o ser humano não é mais do que um ser escravizado, miserável, mutilado, alienado; criar uma sociedade na qual o livre desenvolvimento de cada indivíduo se converta na condição do livre desenvolvimento de todos.

Um balanço alentador

Cem anos depois da morte de Marx, qual é o balanço nestes dois terrenos?

Na capacidade de análise e de previsão científica, é inteiramente positivo. Se comparamos o mundo de 1983 com o de 1883, podemos perguntar-nos se as principais transformações que se produziram são ou não as previstas por Marx, e se derivam-se na natureza da sociedade burguesa e das contradições que a dilaceram, tal como ele nos ensinou a conhecê-las; a resposta só pode ser SIM.

Marx havia captado plenamente a dinâmica ao mesmo tempo promissora e aterrorizadora das revoluções tecnológicas inerentes ao modo de produção capitalista. Havia previsto a inevitável concentração do capital, que polarizaria a sociedade burguesa entre uma imensa maioria de assalariados e um pequeno punhado de empresas e

bancos gigantescos que impõem sua lei a todos os Estados burgueses. Havia predito que o regime capitalista produziria, em intervalos regulares, crises de superprodução e guerras. Havia compreendido que, frente à burguesia, os assalariados se organizariam e lutariam massivamente. Esta luta de classes do trabalho assalariado contra o capital produziria o potencial para criar uma sociedade socialista.

Que balanço temos de fazer no segundo aspecto? Graças ao estímulo que trouxeram Marx, Engels e seus discípulos, a luta e a organização operárias contra a burguesia adquiriram uma lucidez que lhes permitiu **transformar parcialmente o mundo num sentido emancipador**. A luta pela redução da jornada de trabalho, o combate encarniçado para estender a solidariedade coletiva às mulheres, aos jovens, aos imigrantes, aos desempregados, às minorias nacionais, aos doentes, aos inválidos, aos velhos, o esforço para estender esta mesma solidariedade à escala mundial; a luta pelo sufrágio universal; as primeiras vitórias da revolução socialista, sobretudo inspirada por Lênin, desde a revolução de Outubro até a revolução iugoslava, chinesa, cubana, indochinesa, o atestam de forma contundente. Podemos afirmar que sem Marx e Engels, o mundo de hoje seria muito distinto e muito mais desumano do que é.

O que está em crise é o movimento operário burocratizado

Porém o projeto emancipador, em seu conjunto, ainda não se materializou em nenhuma parte. As duas grandes correntes de massas em que está dividido o movimento operário real, a corrente social-democrata reformista e a corrente estalinista (a sub-corrente comunista de massas passa gradualmente da segunda à primeira), desembocaram ambas em um estrondoso fracasso.

A social-democracia não avançou nem um ápice no caminho de abolir o capitalismo mediante reformas. A crise capitalista atual, com seu cortejo de desemprego e miséria, a fome no “terceiro mundo”, a ameaça de extermínio nuclear que pende sobre o gênero humano, o atestam suficientemente.

Quanto à burocracia stalinista, soube usurpar na Rússia os frutos do mais gigantesco esforço revolucionário que jamais empreendeu um povo trabalhador, conduzindo-o depois a um beco sem saída. As sociedades surgidas das revoluções vitoriosas não levaram ao socialismo, mas se congelaram na metade do caminho entre o capitalismo e o socialismo, submetidas, ademais, salvo em Cuba, a uma ditadura despótica que bloqueia todo novo avanço para o socialismo, e que submete os trabalhadores a uma opressão incontestável.

Aí, e não em alguma outra parte, está a fonte da “crise do marxismo” sobre a qual tanto se fala nestes tempos. **Não se trata de uma crise do marxismo, mas de uma crise da prática do movimento operário burocratizado, de uma crise das sociedades pós-capitalistas burocratizadas.**

Além disso, estas crises vêm acompanhadas do abandono cada vez mais aberto da doutrina marxista por parte dos dirigentes destes movimentos, o que confirma, a seu modo, que Marx não tem nada a ver com isto.

O marxismo confirma a sua vitalidade da forma mais contundente no fato de que soube forjar os instrumentos analíticos mais ajustados para explicar o que sucedeu com a social-democracia e o stalinismo. Para concretizar: **é a crítica marxista da burocracia operária, da ditadura burocrática e da sociedade de transição burocratizada, a que é ao mesmo tempo a mais científica e a mais orientada para uma saída histórica real.**

Além disso, desde trinta anos surge um movimento de massas com vistas a **superar nos fatos a crise do “marxismo” stalinista**

(que não tem nada em comum com o marxismo) ou do “socialismo real” (que não tem nada que ver com o socialismo). Este movimento, que nós chamamos de revolução política anti-burocrática, e cujo ponto culminante foi até agora o ascenso revolucionário na Polônia, em 1980-81, León Trosky e a Quarta Internacional terão para sempre o mérito histórico de tê-lo previsto e preparado. Sua vitória não comportará de modo algum a restauração do capitalismo. Comportará, depois dos inevitáveis titubeios, o triunfo da auto-gestão planificada, democraticamente centralizada na economia — isto é, o regime dos **produtores associados**, para retomar a fórmula do próprio Marx. Comportará, no terreno do Estado, a auto-administração dos trabalhadores sobre a base da democracia socialista pluralista mais ampla, isto é, o poder dos conselhos de trabalhadores, o poder dos soviets, iniciando imediatamente o processo de extinção do Estado.

A história vai abrindo caminho

Assim, o movimento real de emancipação dos proletários dos países capitalistas empreende o mesmo caminho, com inevitáveis altos e baixos — desde a Rússia de 1917 até a Alemanha de 1918, a Hungria de 1919, a Itália de 1920, a Espanha de 1936, de novo a Itália de 1948 a 1969, até o maio de 1969, na França e o Portugal de 1974/75. A luta pela emancipação dos povos dominados assume passo a passo a mesma orientação, sob o peso da industrialização parcial e o surgimento do proletariado como classe majoritária no seu seio.

Assim, nos três setores da revolução mundial, através de um parto doloroso, a história abre caminho para a única solução possível para a crise da humanidade: o poder dos conselhos de trabalhadores, a Federação Socialista Mundial, na qual os homens e as mulheres de nosso planeta tomarão em suas mãos, definitivamente, as rédeas de seu destino, desterrarão para sempre a guerra e a produção de armamento pesado, porão fim à exploração do trabalho e à opressão política. Para chegar a este objetivo, Karl Marx realizou toda a sua titânica obra.

